



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

RICARDO SANTOS DE AGUIAR

**PARQUES TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E
PARQUES – PNI**

**BRASÍLIA – DF
2018**

RICARDO SANTOS DE AGUIAR

**PARQUES TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E
PARQUES – PNI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP/FUP, da Universidade de Brasília – UNB, *Campus* Planaltina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi.

**Brasília - DF
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AAG282p Aguiar, Ricardo Santos de
PARQUES TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE
APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES - PNI / Ricardo
Santos de Aguiar; orientador Mauro Eduardo Del Grossi. --
Brasília, 2018.
125 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão
Pública) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Parques Tecnológicos. 2. Inovação. 3. Desenvolvimento
regional. I. Del Grossi, Mauro Eduardo, orient. II. Título.

RICARDO SANTOS DE AGUIAR

**PARQUES TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E
PARQUES – PNI**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre
no Programa de Pós-Graduação em
Gestão Pública.

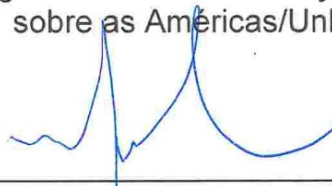
BANCA EXAMINADORA



Professor Doutor Mauro Eduardo Del Grossi
Presidente – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública/UnB



Professor Doutor Luiz Guilherme de Oliveira
Examinador externo – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados
sobre as Américas/UnB



Professor Doutor Mario Lucio de Avila
Examinador interno – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública/UnB

Professora Doutora Luciana de Oliveira Miranda Gomes
Suplente – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública/UnB

Brasília – DF

19 de abril de 2018.

Aos meus pais Joana Santos de Aguiar e Jader Pinheiro de Aguiar (em memória) a minha eterna gratidão. O que sou é fruto de sua educação, exemplo e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela presença constante em minha vida e por guiar meus passos com amor incondicional.

Ao Edivaldo pelo apoio, incentivo e compreensão em todos os momentos dessa etapa.

Ao professor Mauro Eduardo Del Grossi um agradecimento especial pela orientação ao longo desses dois anos, pela paciência e sobriedade na direção desse processo, e por todo o incentivo e suporte a mim confiado.

Agradeço aos professores membros da banca examinadora pela disponibilidade, contribuições e direcionamento nesta.

Aos professores do PPGP/UnB, pela convivência enriquecedora, conhecimentos e experiências compartilhados.

Agradeço aos funcionários do programa de pós-graduação pelo pronto atendimento às questões administrativas do curso.

Aos meus colegas de mestrado, com quem pude compartilhar textos, experiências e informações nos dias de aula e de conversas no PPGP/UnB e nas confraternizações.

Aos colegas de trabalho pela contribuição e incentivo. Em especial a Romana Picanço pelo apoio em todos os momentos.

À coordenação do PNI e aos representantes dos Parques que participaram desta pesquisa, por sua contribuição e colaboração.

Aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para a realização desse trabalho, mesmo que não citados aqui nominalmente.

Em um mundo onde se prega que a competitividade é o caminho para o crescimento, acabamos esquecendo que a cooperação é um ato de sobrevivência para a grande maioria que, sozinhos, podem não ter nada, mas juntos constroem uma verdadeira sociedade.

Mario Sergio Cortella

RESUMO

Os parques tecnológicos são instrumentos de políticas públicas de estímulo à inovação. O governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações, criou o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI com o intuito de fomentar o desenvolvimento e a consolidação de incubadoras e Parques Tecnológicos no Brasil. Este estudo tem por objetivo principal evidenciar a contribuição de Parques Tecnológicos no desenvolvimento regional e no incentivo à inovação por meio de uma revisão sistemática da literatura e procura verificar a relação do incentivo financeiro do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI aos parques com a geração de inovação. Para tal, foi dividida em dois estudos. O primeiro estudo buscou identificar na literatura, no período de 2012 a 2017, nas bases de dados: *Web of Science* e indexador CAPES, a relação de parques tecnológicos, inovação e desenvolvimento. Os 23 artigos selecionados foram avaliados pelo PRISMA 2009 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes*). Constatou-se que um Parque Tecnológico é considerado pelos autores como um ambiente de inovação característico com grande potencial de indução do desenvolvimento regional. O segundo estudo, de natureza qualitativa e exploratória, investigou por meio de uma pesquisa empírica a relação do incentivo financeiro público com a geração de inovação nos parques tecnológicos apoiados pelo PNI. Os parques selecionados para análise foram: o Porto Digital, localizado na cidade do Recife (PE), e o Parque Científico Tecnológico – PCTec, localizado na cidade de Brasília (DF). Observou-se que o apoio financeiro dado pelo PNI influencia a geração de inovação nos parques de forma indireta, por meio de ajuda financeira para a instalação da infraestrutura física ou com a manutenção dos parques, uma vez que a inovação é iniciativa direta das empresas.

Palavras-chaves: Parques Tecnológicos; Inovação; Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Technology parks are innovation stimulus public politic instruments. The Brazilian government, through the Science, Technology, Innovations and Communications Ministry created the National Enterprise and Parks Incubators Support Program – PNI intending to promote development and consolidation of incubators and Technology Parks in Brazil. The study main objective is to demonstrate the contribution to Technology Parks in regional development and incentive to innovation through systematic literature review, and tries to verify the National Enterprise and Parks Incubators Support Program – PNI to the innovation generation parks financial incentive relation. For such, it was split in two studies. The first one tried to identify in literature, between 2012 and 2017, from the database: Web of Science and indexer CAPES, the technology parks, innovation and development relation. The 23 selected articles where evaluated by PRISMA 2001 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes). It was found that a Technology Park is considered by authors as a characteristic innovation environment with an enormous regional development induction potential. The second study, of qualitative and exploratory nature based in primary and secondary research data, by empirical research investigated the public financial incentive and technology parks innovation generation supported by the NIPISP (PNI) relation. The parks selected to this analysis were: Porto Digital, located in Recife (PE) and Scientific Technology Park – PCTec, located in Brazilia (DF). It was found that financial support provided by PNI indirectly influences parks innovation generation, once the financial help collaborates with physical infrastructure or parks maintenance, once innovation is companies directive initiative.

Keywords: Technology Parks; Innovation; Regional development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTC – Atividades Científicas e Técnicas Correlatas

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas

C&T – Ciência e Tecnologia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IASP – Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PNI – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos

PqTc – Parques Científicos e Tecnológicos

SNCTI – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNI – Sistema Nacional de Inovação

STPs – Science and Technology Parks - Parques de Ciência e Tecnologia

UKSPA – United Kingdom Science Park Association

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação de um parque tecnológico	24
Figura 2 - Protocolo da Revisão Sistemática da Literatura. Fluxo de informações PRISMA 2009.....	33
Figura 3- Nuvem das palavras mais citadas nos títulos da amostra coletada.....	34
Figura 4. Frequência de repetições das palavras-chave	35
Figura 5: Áreas de pesquisa da amostra.....	35
Figura 6: Categorias da amostra.	36
Figura 7: Número de artigos publicados por país.....	36
Figura 8: Dispendio nacional em ciência e tecnologia (C&T)(1) por atividade, 2000-2015.	54
Figura 9 - Principais atores do SNCTI.....	55
Figura 10: Evolução da quantidade de iniciativas de parques tecnológicos no Brasil.	62
Figura 11: Distribuição das iniciativas de parques por fase de desenvolvimento.	62
Figura 12: Montante disponibilizado pelo PNI aos Parques, 2004-2015.	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Metodológica.....	18
Quadro 2: Definições de Parques de Ciência e Tecnologia.....	21
Quadro 3: Atores envolvidos em parques tecnológicos.	25
Quadro 4: Fases da Implantação de um parque tecnológico.	27
Quadro 5: Visão sintética dos autores em relação aos parques tecnológicos.	38
Quadro 6: Visão dos autores sobre inovação tecnológica.	40
Quadro 7: Visão dos autores sobre desenvolvimento regional/local.	41
Quadro 8: Balanço entre aspectos positivos e negativos (Sanz, 1998).	43
Quadro 9 - Síntese da visão de alguns autores neo-schumpeterianos.	50
Quadro 10: Tipos de Inovação.	51
Quadro 11: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.....	52
Quadro 12: Transcrição de algumas respostas relacionadas a incentivos as empresas.....	68
Quadro 13: Influência no crescimento e no desempenho da empresa.	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Estrutura da Dissertação.....	17
2 ESTUDO I: Parques Tecnológicos – Ambientes Inovadores e de Desenvolvimento Regional: uma Revisão Sistemática da Literatura	19
2.1 Introdução	19
2.2 Parques Tecnológicos.....	19
2.2.1 A formação e implantação de um Parque Tecnológico.....	23
2.2.2 Implantação de Parque Tecnológico.....	26
2.3 Ambientes Inovadores e de Desenvolvimento Regional.....	27
2.3.1 Os ambientes inovadores como fator de desenvolvimento regional	27
2.3.2 Modelos de inovação	28
2.3.3 Desenvolvimento regional.....	29
2.4 Procedimentos Metodológicos	30
2.5 Discussão dos resultados	33
2.6 Conclusão e Recomendações	43
2.7 Referências.....	45
3 ESTUDO II: O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI como indutor de inovação	47
3.1 Introdução	47
3.2 Referencial Teórico	48
3.2.1 Inovação.....	49
3.2.2 Parques Tecnológicos – Instrumentos de inovação.....	57
3.2.3 O Financiamento de Parques Tecnológicos.....	58
3.2.4 O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI.....	60
3.3 Métodos e Técnicas.....	63
3.4 Resultados e Discussão.....	64
3.4.1 O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI.....	64

3.4.2 O Porto Digital	66
3.4.3 O Parque Científico Tecnológico – PCTec	67
3.4.4 As empresas pesquisadas.....	68
3.4.5 Discussão	69
3.5 Conclusão e Recomendações	71
3.6 Referências	73
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	78
4.1 Limitações do Estudo.....	79
4.2 Agendas Futuras.....	79
REFERÊNCIAS GERAIS	80
APÊNDICES.....	81
APÊNDICE A: Termo de Consentimento	81
APÊNDICE B: Carta de apresentação	83
APÊNDICE C: ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	84
ANEXO A: PORTARIA MCT Nº 139, DE 10.03.2009	91
ANEXO B: Parques apoiados financeiramente pelo PNI – relação de 2004 a 2015.....	93
ANEXO C: Espelho de Emenda de Apropriação de Despesa	96
ANEXO D: Chamada Pública MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa -PNI/Parques Tecnológicos 02/2013	98

1 INTRODUÇÃO

Os investimentos em Ciência e Tecnologia realizados pelo governo ou pelo setor privado contribuem com grande importância em um sistema de inovação nas sociedades modernas.

Existe uma grande desigualdade entre a capacidade de investimento do Estado e a demanda da sociedade por infraestrutura. Na literatura, teórica e empírica, alguns autores mostram que a atividade produtiva é diretamente afetada pelo nível de investimento público (Aschauer, 1989; Silva e Fortunato, 2007). Diante disso, o grande desafio é conseguir formas de viabilização de projetos de infraestrutura, tecnologia, inovação e pesquisa.

Segundo Saxenian (1996), devem ser desenvolvidas políticas que possam auxiliar as empresas a reagir rapidamente às mudanças provocadas pelos mercados, e não protegê-las e isolá-las da concorrência e dos impactos externos.

Cabe destacar que o Estado tem papel fundamental no investimento em Ciência e Tecnologia e nos processos de capacitação produtiva e de estímulo à inovação nos diferentes locais a partir da implementação de políticas públicas, contribuindo com as atividades econômicas e de desenvolvimento.

Em uma sociedade em que os mercados, as tecnologias, os produtos e as organizações estão em constantes transformações, com necessidade constante de serviços e produtos inovadores, torna-se um desafio o estímulo à produção de conhecimento.

Os parques tecnológicos são instrumentos de políticas públicas de estímulo à inovação. Urriago; Barge-Gil e Rico (2012) afirmam que os Parques de Ciência e Tecnologia (STPs) promovem a cooperação para a inovação e eles que são uma das mais importantes iniciativas de política de inovação regional.

O Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações¹ criou o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI com o intuito de fomentar o desenvolvimento e a consolidação de incubadoras e Parques

¹ O Ministério de Ciência e Tecnologia mudou de nome em 2011 para Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e em 2016 para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), conforme Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8877.htm>.

Tecnológicos no Brasil como mecanismos de apoio ao desenvolvimento econômico do país.

O PNI (MCTIC, 2018) define parques tecnológicos como complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico com o intuito de gerar cooperação nas atividades de pesquisa científica, tecnológicas e de inovação entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas.

Com isso, o fomento público a parques tecnológicos deve estar profundamente vinculado aos projetos de desenvolvimento econômico das regiões onde esses instrumentos estão inseridos, buscando a valorização da pesquisa universitária, o estímulo à inovação, a criação de empregos altamente qualificados e o crescimento da riqueza e do bem-estar da população local.

Durante o período de 2002 a 2012, foram investidos, nos parques tecnológicos brasileiros, utilizando recursos não reembolsáveis², aproximadamente R\$ 88 milhões por meio de editais FINEP e mais de R\$ 167 milhões por meio de emendas parlamentares. Os parques apoiados financeiramente pelo PNI receberam tais recursos para financiamento de obras de infraestrutura, projetos e de investimento em empresas residentes (BRASIL, 2015).

Entretanto, um dos desafios para a implantação e a operacionalização dos parques tecnológicos é a obtenção de recursos. O Estado tem se deparado com restrições orçamentárias e dificuldades para conseguir financiamentos para esses projetos.

A relevância do tema justifica-se, portanto, em verificar, ao analisar o PNI, se os recursos investidos nos parques tecnológicos alcançam os objetivos almejados pelo programa, ainda que parcialmente.

Pesquisas a respeito de parques tecnológicos no país são escassas, sendo que a maioria descreve simplesmente a implantação e a organização dos parques

² Os não reembolsáveis são os convênios, os termos de cooperação, os acordos de cooperação e as subvenções econômicas. Esses instrumentos possuem como característica comum a não devolução dos recursos financeiros aportados pela Finep e destinados à execução do projeto. Para essas modalidades, só haverá devolução dos recursos nos casos de descumprimento de alguma das cláusulas do instrumento contratual que importe na devolução de recursos. (Manual de Convênios e Termo de Cooperação – FINEP).

situados no Brasil. Pesquisas sobre a avaliação do programa PNI são mais raras, o que justifica um estudo sobre a avaliação do PNI.

A originalidade deste estudo no campo da Gestão Pública está em contribuir para o debate sobre a importância de se financiar/apoiar tais empreendimentos, bem como destacar os principais desafios dessa política.

Diante disso, os dois estudos que compõem este trabalho buscam evidenciar a contribuição dos Parques Tecnológicos no desenvolvimento regional e no incentivo à inovação. O primeiro apresenta uma revisão sistemática da literatura, enquanto que o segundo verifica a relação do incentivo financeiro do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI com a geração de inovação.

1.1 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução, na qual se apresentou o tema da pesquisa bem como a relevância do estudo, o problema de pesquisa, os seus objetivos, a estrutura da dissertação e, por fim, a descrição e os procedimentos metodológicos dos dois estudos.

O método selecionado para a estruturação desta dissertação é chamado de *multipaper*, ou seja, um conjunto de artigos científicos como metodologia de organização do estudo. Além do capítulo introdutório em que são descritos os elementos de estruturação da dissertação, os demais capítulos são elaborados em formato de artigo. Isso significa que cada artigo terá seu próprio objetivo, revisão da literatura, método de pesquisa, resultados, discussões e conclusões, de maneira que possam ser submetidos e aprovados em um periódico acadêmico independentemente dos demais artigos (FRANK E YUKIHARA, 2013).

Assim, o segundo capítulo apresenta o estudo I, cujo título "Parques Tecnológicos – Ambientes Inovadores e de Desenvolvimento Regional – uma Revisão Sistemática da Literatura Científica" evidencia as contribuições de Parques Tecnológicos relatadas na literatura para o desenvolvimento regional e para o incentivo à inovação.

O estudo II mostra a relação do incentivo do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI aos parques com a geração de inovação. O título é "O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI como indutor de inovação".

E, por último, traz-se as conclusões gerais dos estudos expostos anteriormente.

A seguir são representadas a estrutura e a descrição resumida do método e dos instrumentos que serão utilizados em cada estudo metodológico conforme os objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa.

Quadro 1: Estrutura Metodológica

Objetivo Geral			
Evidenciar a contribuição de Parques Tecnológicos no desenvolvimento regional e no incentivo à inovação por meio de uma revisão sistemática da literatura e verificar a relação do incentivo do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI aos parques com a geração de inovação.			
Objetivos Específicos		Estudos	Método/Instrumento
1	Evidenciar a contribuição do Parques Tecnológicos no desenvolvimento regional e no incentivo à inovação por meio de uma revisão sistemática da literatura.	Estudo I	Pesquisa Qualitativa; Pesquisa Bibliográfica; Revisão Sistemática.
2	Verificar a relação do incentivo do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI com a geração de inovação.	Estudo II	Pesquisa Qualitativa; Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental e Entrevistas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2 ESTUDO I: PARQUES TECNOLÓGICOS – AMBIENTES INOVADORES E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA³

2.1 Introdução

Os parques científicos e tecnológicos promovem a inovação e a competitividade das empresas e das instituições envolvidas e tornaram-se um dos principais atores da geração de conhecimento e da transferência de tecnologia entre universidades, centros de pesquisa e empresas. Através do compartilhamento de conhecimento e da inovação, as universidades disponibilizam seus conhecimentos a serviço da sociedade e contribuem para a promoção do progresso socioeconômico da região circundante (FARRÉ-PERDIGUER, SALA-RIOS E TORRES-SOLÉ, 2016).

Assim, destaca-se que o objetivo deste trabalho é identificar na literatura quais são e o que abordam os estudos atuais relacionados aos parques tecnológicos e à inovação tecnológica como instrumento de desenvolvimento.

Afim de atingir o objetivo da pesquisa, optou-se por utilizar o procedimento metodológico que segue o protocolo proposto por Cronin, Ryan e Coughlan (2008) disposto pelas seguintes fases: “formular a questão da pesquisa; definir critérios de inclusão ou exclusão; selecionar e acessar a literatura; avaliar a qualidade da literatura incluída na revisão; analisar, sintetizar e disseminar os resultados”.

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira é composta por esta introdução; na segunda seção é feita uma revisão narrativa da literatura sobre inovação e parques tecnológicos; na terceira seção é discutido o método; na quarta seção são apresentados os resultados encontrados na revisão sistemática; e na quinta seção são feitas as considerações finais.

2.2 Parques Tecnológicos

Os primeiros parques tecnológicos foram criados na década de 1950 a partir de vários empreendimentos de sucesso, no chamado “Vale do Silício”, no estado da Califórnia, onde os primeiros objetivos eram gerar novos negócios inovadores, criar

³ O presente capítulo é o segundo artigo desta dissertação *multipaper*.

oportunidades para captar e trabalhar os capitais intelectuais que se formassem e atuassem em sua região, além de proporcionar total apoio ao desenvolvimento regional (COOPER, 1971).

Os parques tecnológicos tiveram destaque por seus resultados e seu modelo de gestão moderno e sempre em busca de resultados satisfatórios. Eles atraíram as pessoas dinâmicas, as ideias com maior relevância e, por conseguinte, maiores investimentos. Esse ambiente novo, inovador e com todo conhecimento científico disponível proporcionou a iniciativa para a geração de novas tecnologias cada vez mais modernas e eficientes, caminhando além da Rota 128. (ZOUAIN; PLONSKI, 2006).

Enfatizando a criação dos parques tecnológicos nos Estados Unidos, Lahorgue e Guimarães (2015) confirmam que o país foi o protagonista desses parques, sendo o *Stanford Industrial Park (Silicon Valey, Califórnia)*, o *Route 128 (Boston)* e o *Research Triangle Park (Carolina do Norte)*. Já na Europa, no Reino Unido, os pioneiros foram *Heriott-Watt Park (Edimburgo)* e o *Cambridge Science Park*. Na França, o destaque é para o *Sophia Antipolis (Nice)* e *Grenoble-Meylan*. Por fim, na Ásia, foi o *Daedok (Coréia do Sul)*.

No que tange o conceito de parque tecnológico, é possível analisar algumas opções na literatura. Várias definições oficiais de parque de ciência e tecnologia foram adotadas por diferentes organizações. O quadro 2 a seguir apresenta a definição adotada por algumas entidades governamentais brasileiras e associações nacionais e internacionais.

Quadro 2: Definições de Parques de Ciência e Tecnologia.

Autores	Definição
MCTIC ⁴ (2018)	Parques Tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual e municipal, comunidade local e setor privado.
SÃO PAULO ⁵ (2017)	Parques tecnológicos são empreendimentos para a promoção de ciência, tecnologia e inovação. São espaços que oferecem oportunidade para as empresas do Estado transformarem pesquisa em produto, aproximando os centros de conhecimento (universidades, centros de pesquisas e escolas) do setor produtivo (empresas em geral). Esses ambientes propícios para o desenvolvimento de Empresas de Base Tecnológica (EBTs) e para a difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação transformam-se em locais que estimulam a sinergia de experiências entre as empresas, tornando-as mais competitivas.
ANPROTEC ⁶ (2017)	Um parque tecnológico é um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica, planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D vinculados ao parque. Trata-se de um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma região.

Continua

⁴ MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

⁵ Governo do Estado de São Paulo

⁶ ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas

Autores	Definição
UKSPA ⁷ (2018)	Um ambiente de apoio às empresas que encoraja e apoia a criação, a incubação e o desenvolvimento de negócios baseados no conhecimento liderados por inovação e de alto crescimento. Uma iniciativa de suporte empresarial e transferência de tecnologia que incentiva e apoia o início e a incubação de negócios inovadores de alto crescimento baseados em conhecimento; provê ambiente onde empresas, em suas várias dimensões e negócios, inclusive internacionais, podem desenvolver relações específicas e próximas com particular centro promotor de conhecimento para o mútuo benefício das partes e tem ligações formais e operacionais com centros promotores de conhecimento, como universidades e instituições de ensino superior.
IASP ⁸ (2016)	Uma organização gerenciada por profissionais especializados, cujo principal objetivo é aumentar a riqueza de sua comunidade por meio da promoção da cultura da inovação e da competitividade de suas empresas associadas e instituições baseadas em conhecimento. Para permitir que essas metas sejam alcançadas, o Parque Científico estimula e gerencia o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas e mercados; isso facilita a criação e o crescimento de empresas baseadas em conhecimento por meio de mecanismos de incubação e processos de “spin-off”; e proporciona outros serviços de valor agregado juntamente com instalações e espaço de alta qualidade.

Fonte: adaptado pelo autor.

O UKSPA (2018) afirma que a definição de parque científico, ou *Science Park*, inclui as diversas iniciativas chamadas por outros nomes como o Parque de Pesquisa, Centro de Inovação, Parque Tecnológico, *Technopole* ou Incubadora de Tecnologia – e que aspiram a atender aos critérios essenciais estabelecidos em sua definição. A definição da IASP também diz que a expressão parque científico pode ser substituída em sua definição pelas expressões parque tecnológico, *tecnópole* ou parque de pesquisa.

Zouain e Plonski (2006) explicam que um desenvolvimento de sucesso para a determinação de melhorias, a cooperação no que tange os demandantes e os ofertantes do conhecimento, em destaque para o conhecimento de proporções tecnológicas que se demonstra grandemente eficaz, é a construção de ambientes

⁷ UKSPA – United Kingdom Science Park Association

⁸ IASP – Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação

especiais, chamados de habitats de inovação, entre eles, em especial, os parques tecnológicos.

Para os autores Almeida e Quinteiros (2014), parques tecnológicos são vistos como elementos importantes no processo de desenvolvimento de produtos e serviços de inovação. Esses ambientes de inovação geram projetos bem sucedidos que oferecerem um grande potencial de desenvolvimento regional e local.

Lahorgue (2004) defende que “parques tecnológicos são instituições responsáveis pelo sistema de integração local de inovação e que estão presentes no cenário mundial há pelo menos três décadas”, proporcionando conhecimento e gerando receita e tecnologia local.

Ainda Almeida e Quinteiros (2014) esclarecem que, no Brasil, um dos mais desafiadores fatores na criação dos parques tecnológicos foram os aspectos burocráticos para a fundação de uma empresa. Tal observação nota-se no que tange o prazo de abertura e o tempo gasto nos procedimentos, bem como nos ônus de impostos e taxas para abertura e manutenção das empresas participantes dos parques.

Os autores ainda completam que o movimento dos parques no país é tardio, pois iniciou-se próximo da década de 1990, e que, ainda nos dias atuais (2014), poucos parques tecnológicos no Brasil estão em operação. Aliás, discute-se se alguns desses parques brasileiros funcionam de fato como parque tecnológico, de acordo com a definição internacionalmente conhecida.

A ANPROTEC (2017) aponta que no Brasil há diversos parques tecnológicos espalhados por todas as regiões e que há uma distribuição relativamente equilibrada no que diz respeito aos estágios dos parques no nível de operação, implantação e projeto. Esta ainda ressalta que todas as unidades de parques tecnológicos desenvolvem papel relevante para as sociedades e suas economias, pois estimulam a troca de conhecimento e a interação entre universidade, órgãos de pesquisa, empresas e mercados vigentes.

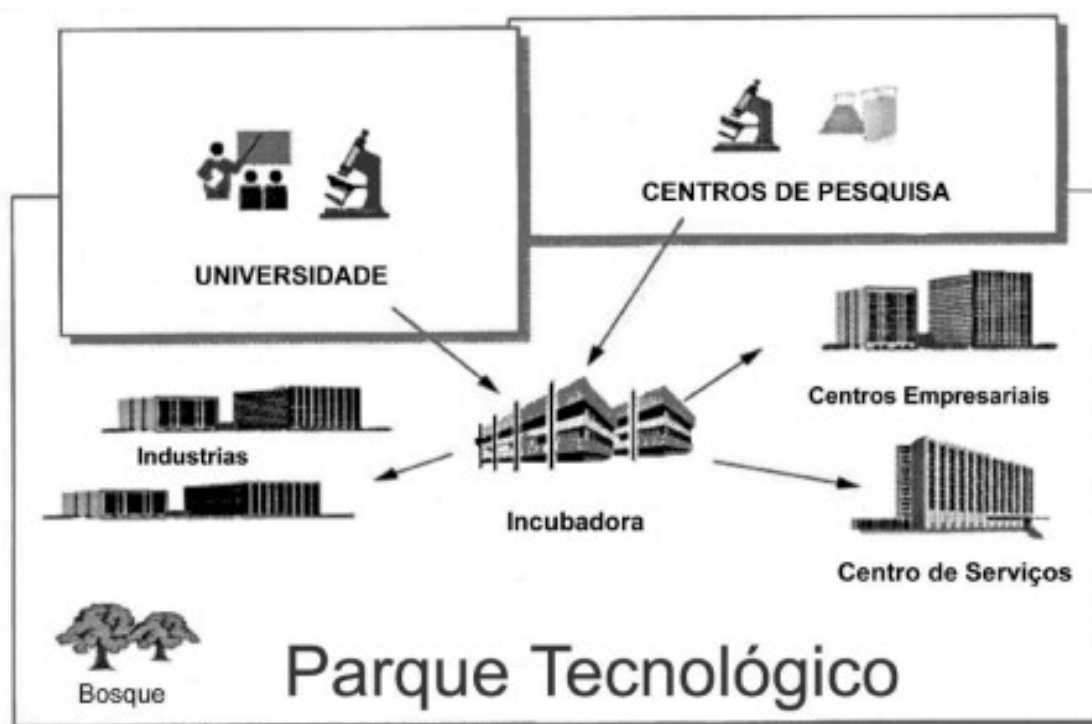
2.2.1 A formação e implantação de um Parque Tecnológico

Na formação de um parque tecnológico, tem-se uma associação em que vários atores possuem um papel essencial. Chiochetta (2010) lista essas partes interessadas: o setor público, com a devida importância; os órgãos governamentais; as universidades que possuem interesse no campo da ciência e tecnologia; de forma

objetiva, os institutos de pesquisas, desenvolvimento e inovação; com grande potencial a oferecer, as incubadoras de empresas e projetos; as organizações de base tecnológica; os *stakeholders*; as sociedades empresariais, associações comerciais e empresariais; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; a federação das indústrias; as parceiras, as instituições bancárias e (ou) os investidores de risco.

A figura abaixo ilustra o modelo de formação de um parque tecnológico frente a uma comunidade tecnológica sólida.

Figura 1: Formação de um parque tecnológico



Fonte: Adaptação de Chiochetta (2010)

Vale ressaltar que, para o funcionamento eficiente de um parque tecnológico, é de extrema necessidade a harmonia entre as partes interessadas. Entre essas partes estão as entidades participantes no processo de governança, de acordo a relação apresentada no quadro 3.

Quadro 3: Atores envolvidos em parques tecnológicos.

Atores envolvidos em parques tecnológicos e seus possíveis papéis	
Atores	Funções - Papéis desenvolvidos no parque tecnológico
Setor Público em todas as esferas - Federal, Estadual e Municipal	<p>São responsáveis por políticas de indução do desenvolvimento, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indução de políticas públicas - os parques tecnológicos estão entre as políticas públicas modernas em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento; - Articulação entre os diversos níveis do poder público (federal, estadual e municipal), entre o poder público e o privado, e entre o poder público e a academia; - Investimento em equipamentos públicos específicos na área de laboratórios, serviços e formação de recursos humanos demandados pelo mercado local; - Definição de uma política de atração de empresas para os parques tecnológicos; - Financiamento e capitalização dos parques também fazem parte das responsabilidades do setor público.
Órgãos Governamentais	São instituições ligadas ao poder público que são financiadoras de projetos ou de iniciativas sejam elas estruturantes ou de projetos de pesquisas e desenvolvimento;
Universidades	Locais focados na geração de novas tecnologias e na formação de profissionais que poderão ser absorvidos pelas empresas participantes do parque ou mesmo serem os empreendedores;
Institutos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	São agentes geradores de conhecimento e novas tecnologias;
Incubadoras	São agentes que aproveitam da proximidade das Universidades, dos Institutos de Pesquisa e das EBT's, e criam seus empreendimentos com objetivos de oportunizar seu crescimento;

continua

Atores envolvidos em parques tecnológicos e seus possíveis papéis	
Atores	Funções - Papéis desenvolvidos no parque tecnológico
Empresas de Base Tecnológica - EBT's	São empresas que participam do parque tecnológico, com objetivo de estarem próximas da geração de novas tecnologias, da formação de especialistas nas mais diversas áreas e, em especial, da oportunidade de participar de um mesmo espaço físico envolvendo todo o processo desde a geração de novas tecnologias até a prospecção de novos mercados;
<i>Developers</i> - Incorporadores - Investidores	São aqueles agentes que, alinhados às diretrizes do parque tecnológico, e através de negócios imobiliários específicos, serão responsáveis por construir e vender ou alugar espaços para empresas (EBT) e prestadores de serviços, incluindo hotéis, auditórios, restaurantes, serviços gráficos, etc.;
Sociedades empresariais - Org. Representativos de Classe	São agentes que vêm para defender os interesses de seus representados e também para cooperar na geração de novas metodologias e inovações;
Instituições Bancárias e/ou Investidores com capital de risco	São empresas e/ou instituições que estão inseridas nos parques para possibilitar o desenvolvimento e crescimento das organizações instaladas.

Fonte: Adaptação de Steiner, Cassim e Robazzi (2008)

2.2.2 Implantação de Parque Tecnológico

Para Andrade Junior (2005), no processo de implantação de um parque tecnológico, fazem-se necessárias algumas atividades, como: incentivar a abertura de novas empresas nos segmentos com grande potencial; agregar empresas qualificadas no campo da tecnologia avançada; viabilizar a contribuição no setor das organizações e da pesquisa; renovar e inovar os segmentos das indústrias já em funcionamento na região, através de incorporação e inserção de tecnologias modernas; fomentar a qualificação empresarial e o trabalho inovador regional; viabilizar a autonomia de toda tecnologia presente na região frente à criação dos estudos internos para alcançar novos resultados e usabilidade tecnológica; fomentar a divulgação das novas políticas de desenvolvimento região e criar um montante de novos protótipos que tenha alta qualidade.

De acordo com Andrade Junior (2005), é possível ilustrar um projeto de implantação de um parque tecnológico em três fases distintas, conforme apresentado no quadro 4 abaixo.

Quadro 4: Fases da Implantação de um parque tecnológico.

Fases para implantação de um parque tecnológico	
Fases	Procedimentos
Fase 1	Concepção e implantação do parque tecnológico, em que se decide, entre outras coisas, a área de ocupação, a forma jurídica do empreendimento, a viabilidade econômica e outros. Esta fase envolve: Estudos preliminares e concepção do parque; Estruturação jurídica, constituição legal e anúncio formal de sua criação; Projeto urbanístico; Elaboração do planejamento econômico detalhado e de um plano de captação de recursos para investimentos em infraestrutura física e tecnológica.
Fase 2	Período de estruturação do empreendimento, que envolve: Criação de infraestrutura básica; Instalação das primeiras empresas.
Fase 3	Fase de consolidação, que engloba: Ocupação plena do polo industrial; Divulgação intensa das ações relacionadas ao parque.

Fonte: Andrade Junior (2005)

2.3 Ambientes Inovadores e de Desenvolvimento Regional

2.3.1 Os ambientes inovadores como fator de desenvolvimento regional

Schumpeter (1934) atribuiu à inovação e ao empresário um papel fundamental no processo do desenvolvimento. Essa questão está caracterizada nos dias de hoje como prioridade nas agendas políticas dos responsáveis pelo desenvolvimento regional.

Inovação significa fazer a mesma coisa de forma diferente, criando novas combinações, com o objetivo de alcançar uma solução melhorada, diferenciada, melhor do que as já existentes. Nesse contexto, os novos produtos tornam obsoletas as empresas que insistem em produzir de maneira antiga e não se adaptam às mudanças (SCHUMPETER, 1934). O autor denomina esse processo de destruição criadora.

Contudo, inovação é um conceito muito dinâmico que tem passado por certos ajustes no decorrer do tempo, seja em termo de definição ou em termos de atores participantes do processo.

Conforme Todtling e Trippi (2004), o conceito de inovação deve ser visto como um processo interativo, não linear e evolucionista, que prevê interação profunda entre todas as partes envolvidas. Alinhados com a inovação, encontram-se as

definições de invenção e difusão. Invenção significa uma ideia ou descoberta científica que poderá ser aplicada de forma econômica (ou seja, ser inserida no mercado com objetivo de obter sucesso comercial) e, uma vez no mercado, converte-se em uma inovação. Já a difusão corresponde ao mecanismo por meio do qual as inovações são difundidas e distribuídas por toda a economia.

Ainda segundo Schumpeter (1934), a inovação pode revestir a maneira de novos produtos inseridos na economia e expande o leque disponível, seja de novas maneiras de fabricar ou organizar a produção e/ou atividades complementares.

Em se tratando de inovações organizacionais, fala-se de um comportamento mais amplo que assume alterações fundamentais na estrutura da organização e da economia.

Em um trabalho empírico desenvolvido pela *Science Policy Research Unit*, os autores Freeman e Perez (1988) apontaram uma taxonomia da inovação que traduz a diversidade de impactos que a inovação pode gerar para a economia.

Já a inovação incremental diz respeito à inserção de melhoria em alguma coisa que já foi criada, já existente na economia, e que pode atingir de maneira significativa a produtividade intrasetorial e a competitividade das organizações.

Mesmo obtendo efeitos relevantes, uma inovação incremental isolada não provoca um grande impacto na economia, visto que a inovação radical trata sobre o conceito mais restrito de inovação, correspondendo à inserção de alguma coisa realmente nova na economia.

Em contrapartida da inovação incremental, o seu lançamento no sistema econômico oferece um momento de ruptura com a composição de produtos e processos acessíveis, sendo responsáveis por impactos mais profundos nos departamentos nos quais estão inseridos e mesmo na economia em geral quando são combinados com várias inovações radicais.

2.3.2 Modelos de inovação

Conforme Rothwell (1992), na década de 50 são fomentadas as duas primeiras criações de modelos de inovação: o modelo *technology push* e o modelo *market pull*. No primeiro caso, assume-se que o fator determinante da inovação é a tecnologia, sendo a inovação desencadeada após a análise dos benefícios que poderão ser criados com a alteração da tecnologia implantada por uma nova, que será explorada ao seu máximo. Já no segundo caso, a inovação é inserida por meio

da demanda, ou seja, o processo é incentivado pela pressão realizada por parte dos consumidores, que, depois da avaliação realizada pela empresa, pode satisfazer tal demanda por meio da inovação.

Ao longo dos anos, diversas pesquisas e estudos foram desenvolvidos e demonstraram que tais descobertas no processo de inovação eram por demais simplistas e atípicas, criando-se, então, uma nova versão. Em meados da década de 70, criou-se o modelo interativo de inovação, isto é, a interação é considerada uma característica permanente entre o lado da oferta e também da inovação, bem como em todas as fases do processo.

No final da década de 1980, surge a quarta geração de modelos, em que a interação é ainda mais profunda e alargada e que foram chamados de modelos integrados. Foi nessa geração que surgiu o conceito de Sistema de Inovação (SI), que insere uma ótica mais ampliada da inovação, na qual os fatores tecnológicos, econômicos e sociais colaboram de maneira estreita para promover o desenvolvimento.

A inovação continuou a se desenvolver, agora na década de 90. Conforme Rothwell (1992), essa foi a última geração e prolonga-se até os dias atuais. A atual geração é denominada de modelo em rede, muito difundida nos dias de hoje e chamada, também, de *networking* e integração de sistemas. O autor complementa dizendo que é um prolongamento do modelo anterior, porém é necessário levar em conta alguns fatores adicionais, de origem não pecuniária, que são considerados de demasiada relevância para o processo de inovação, como uma maior colaboração inter-empresas, flexibilidade, qualidade e velocidade de desenvolvimento.

Contudo, além dos conceitos citados acima, é de fundamental importância atentar-se para as peculiaridades e as necessidades de desenvolvimento tecnológico e sociocultural, que variam de região para região e de nação para nação.

2.3.3 Desenvolvimento regional

Uma análise crítica a respeito do modelo de desenvolvimento regional de inovação foi realizada pelos autores Moulaert e Sekia (2003). Nessa análise, os autores usam como desígnio genérico os modelos regionais de inovação, nos quais a dinâmica institucional local carrega um papel de relevância. Os escritores consideram que esses estão revestidos de certa ambiguidade conceitual.

Nas últimas duas décadas, a comunidade acadêmica focada nas questões geográficas dedicou-se de maneira peculiar a investigar um “novo” modelo de desenvolvimento regional.

De acordo com Perroux (1955), conforme a lógica da teoria dos polos de crescimento, vários escritores consideravam que uma apropriada adoção de infraestrutura aliada a fortes incentivos ao investimento seria a receita certa para fundamentar novas iniciativas de produção nas regiões mais retrogradadas. Esse modelo de política, contudo, gera impactos ambíguos em termos de desenvolvimento regional. De certa maneira, o modelo gera novos postos de trabalho e atrai capital externo nessas regiões, porém, em contra partida, em diversas regiões há uma falta de ligação estrutural entre esses novos investimentos e a tradição econômica da região, o que gera incongruências ao propósito de desenvolvimento regional.

Após os estudos e as constatações a respeito da implantação dos parques tecnológicos, houveram vários apontamentos de crescimento e de desenvolvimento regional, como capital humano, sistema de ensino, cultura empresarial regional, qualidade dos fatores de produção e aprendizagem decorrente de experiência. Esses elementos estão inseridos no contexto das dinâmicas territoriais de inovação e tal fato foi o divisor de águas para o grande sucesso da pesquisa sobre o desenvolvimento territorial e o sistema de inovação tal como os conhecemos nos dias de hoje.

2.4 Procedimentos Metodológicos

Esta revisão sistemática da literatura tem por objetivo identificar, descrever e analisar as pesquisas sobre parques tecnológicos e desenvolvimento regional por meio da inovação ordenadas em bases de dados que divulgam as produções científicas em formatos eletrônico e impresso.

De acordo com Linde e Willich (2003), a revisão sistemática da literatura é uma forma de pesquisa que disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de interposição particular mediante o emprego de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese das informações selecionadas. A revisão sistemática é útil para associar as informações de um aglomerado de estudos realizados separadamente sobre determinado tema, que

podem apresentar resultados contraditórios e concomitantes, assim como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Parahoo (2006) sugere que uma revisão sistemática deve detalhar o período em que a literatura foi selecionada, bem como os métodos utilizados para avaliar e sintetizar os achados dos estudos em questão. Para que o leitor possa avaliar a confiabilidade e a validade da revisão, o revisor precisa apresentar os critérios precisos utilizados.

Para a revisão sistemática, foi utilizado o procedimento metodológico proposto por Cronin et al. (2008) disposto pelas seguintes fases: formulação da questão da pesquisa; definição de critérios de inclusão ou exclusão; seleção e acesso à literatura; avaliação da qualidade da literatura incluída; análise, síntese e divulgação dos resultados.

Definição da questão da pesquisa: Quais são e o que abordam os estudos relacionados aos parques tecnológicos e à inovação tecnológica como instrumento de desenvolvimento?

Definição do conjunto de critérios de inclusão e exclusão: Os critérios de inclusão e exclusão definidos com base na pergunta são: a) bases de dados científicas selecionadas, b) período de publicação, c) tipos de artigos e palavras-chave associadas a operadores booleanos.

As bases de dados utilizadas foram: *Web of Science* e o indexador de periódicos nacionais e internacionais da Capes. Ambas as bases são multidisciplinares e abrangem artigos de periódicos com alto fator de impacto e de diversas áreas — Administração, Engenharia, Tecnologia da Informação, Economia, Ciências Contábeis, Matemática, entre outras.

O período das publicações selecionadas foi o dos últimos seis anos (2012 a 2018).

Os artigos analisados são aqueles que foram revisados por pares de diversas áreas do conhecimento e ordenados por relevância. Somente foram considerados no presente estudo artigos completos publicados em periódicos, o que excluiu artigos publicados em anais de eventos, patentes e capítulos de livros. Os duplicados foram removidos da busca e da sua contagem de resultado.

As palavras-chave definidas e suas variações e combinações de busca em língua portuguesa e inglesa, no singular e no plural, foram: parques tecnológicos, financiamento público, inovação e desenvolvimento.

Quanto aos operadores booleanos utilizados, optou-se pelo operador *and*, excluindo-se os operadores *not* e *or*, considerando que os resultados deveriam refletir artigos sobre parques tecnológicos, desenvolvimento e inovação.

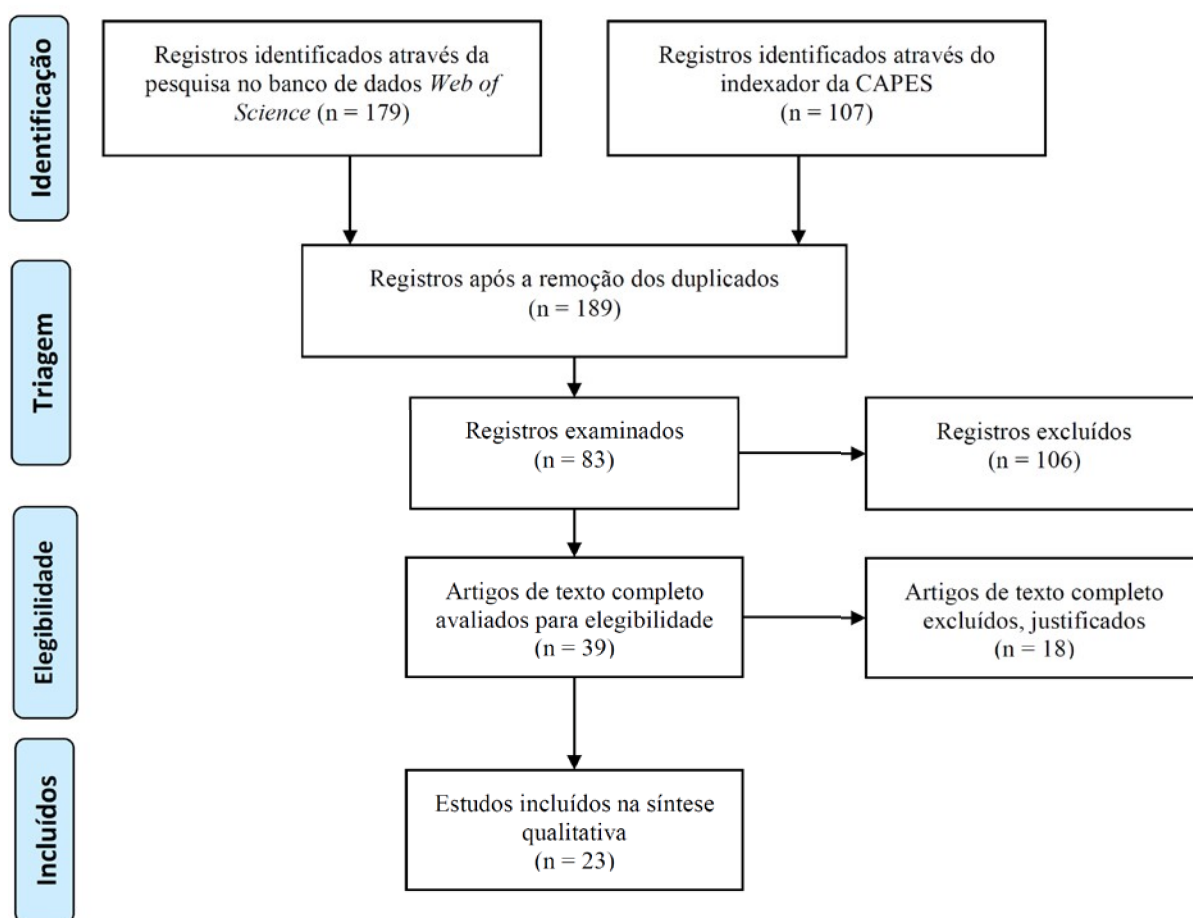
Seleção e acesso da literatura: Os resultados gerais utilizando as combinações das palavras-chave nas bases de dados citadas anteriormente retomaram 189 publicações. Considerando os critérios de exclusão descritos acima, foram recusadas dessa população os que não se enquadravam. Dessa primeira seleção, restaram 83 artigos para posterior análise e verificação de inclusão na amostra.

Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão: Foram lidos todos os 83 resumos dos artigos restantes para uma segunda triagem. Desta vez, com ênfase maior sobre a relação entre parques tecnológicos e inovação e desenvolvimento, foram eliminados os que não se enquadravam no tema de estudo. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 10 artigos da base de dados *Web of Science* e 17 do indexador de periódicos da Capes. Segundo Bardin (2010, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Análise, síntese e disseminação dos resultados: Esta etapa compreendeu a análise detalhada de cada artigo para observação e interpretação dos trabalhos publicados. Desse modo, os dados foram tabulados em planilha eletrônica com os principais critérios utilizados e os respectivos autores e as principais abordagens no contexto da pesquisa. Desse modo, os resultados foram analisados, permitindo sua discussão e identificação de omissões na literatura, as quais podem ser corrigidas em futuros estudos.

A Figura 2 a seguir sintetiza o protocolo da revisão sistemática da literatura realizada para atingir o objetivo deste trabalho, composto pelas etapas descritas anteriormente.

Figura 2 - Protocolo da Revisão Sistemática da Literatura. Fluxo de informações PRISMA 2009.



Fonte: adaptado pelo autor www.prisma-statement.org.

2.5 Discussão dos resultados

Com base no procedimento metodológico proposto de uma revisão sistemática de literatura, esta seção discute e apresenta os resultados dos artigos selecionados como objetos do estudo.

A partir das análises dos títulos de todos os artigos coletados, *science* (98) e *parks* (82) foram os termos com maior frequência de uso. Em sequência, considerando as maiores frequências de recorrências em ordem decrescente, figuram os termos *technology* (50), *innovation* (47), *university* (25), *knowledge* (22) e *development* (21). A Figura a seguir esboça por meio da nuvem de palavras os principais termos encontrados nos títulos.

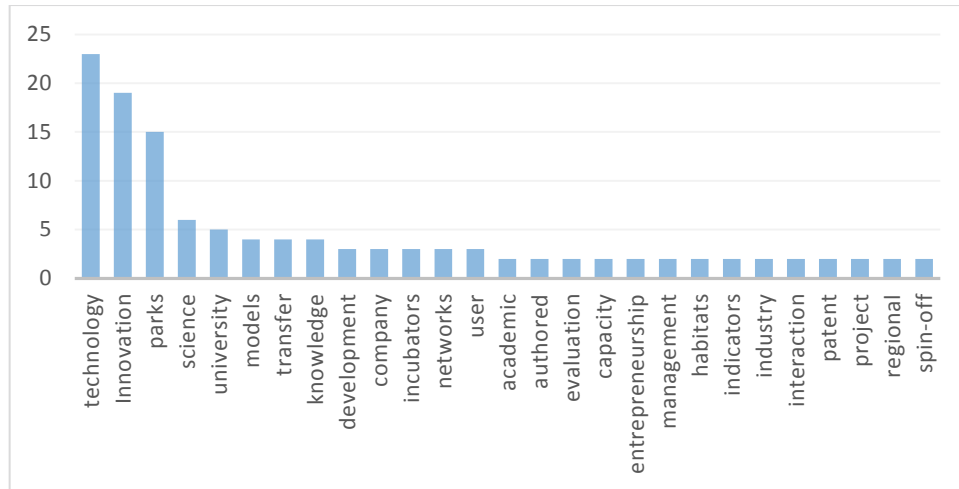
Figura 3- Nuvem das palavras mais citadas nos títulos da amostra coletada.



Fonte: adaptado pelo autor em <<http://www.wordclouds.com>>.

Considerando as palavras-chave da amostra, *Technology* (23), *Innovation* (19) e *Parks* (15) foram os termos com maior frequência nos 23 artigos selecionados para a análise. Os outros termos frequentes são: *Science* (6), *University* (5), *Models*, *Transfer* e *Knowledge* (4), *Development*, *Company*, *Incubators*, *Networks* e *User* (3). Os demais termos tiveram apenas duas ou apenas uma citação. A Figura 4 apresenta os principais termos encontrados nas palavras-chave dos artigos. Estes números revelam que há correspondência dos trabalhos selecionados à ideia de parques tecnológicos e inovação.

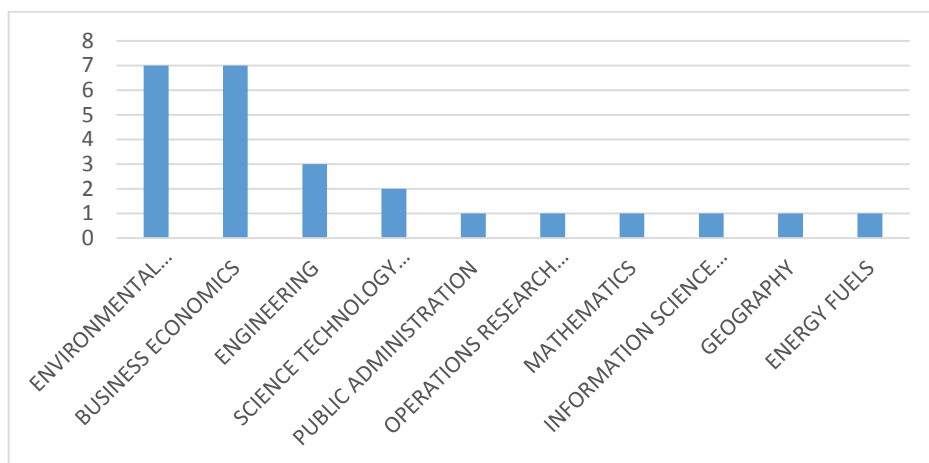
Figura 4. Frequência de repetições das palavras-chave



Fonte: Elaborada pelo autor.

O figura 5 a seguir apresenta as principais áreas de pesquisa dos artigos selecionados, que são: Ecologia e Ciências Ambientais; Economia de Negócios; Engenharia; Tecnologia Científica e outros temas; Administração Pública; Ciência de Gestão de Pesquisa de Operações; Matemática; Ciência da Informação; Ciência; Geografia e Energia e Combustíveis. As áreas de Ecologia e Ciências Ambientais e Economia de Negócios destacam-se com 7 ocorrências cada.

Figura 5: Áreas de pesquisa da amostra.

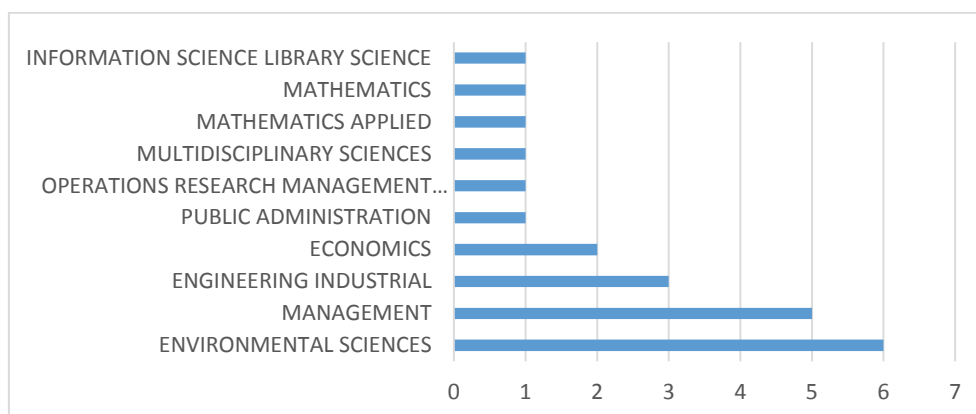


Fonte: Elaborado pelo autor.

No campo das categorias, destacam-se as Ciências Ambientais (6), a Gestão (5), a Engenharia Industrial (3), a Economia (2), a Administração Pública (1), a Ciência de Gestão de Pesquisa de Operações (1), as Ciências Multidisciplinares (1),

a Matemática Aplicada (1), a Matemática (1), a Ciência da Informação e a Biblioteconomia (1).

Figura 6: Categorias da amostra.

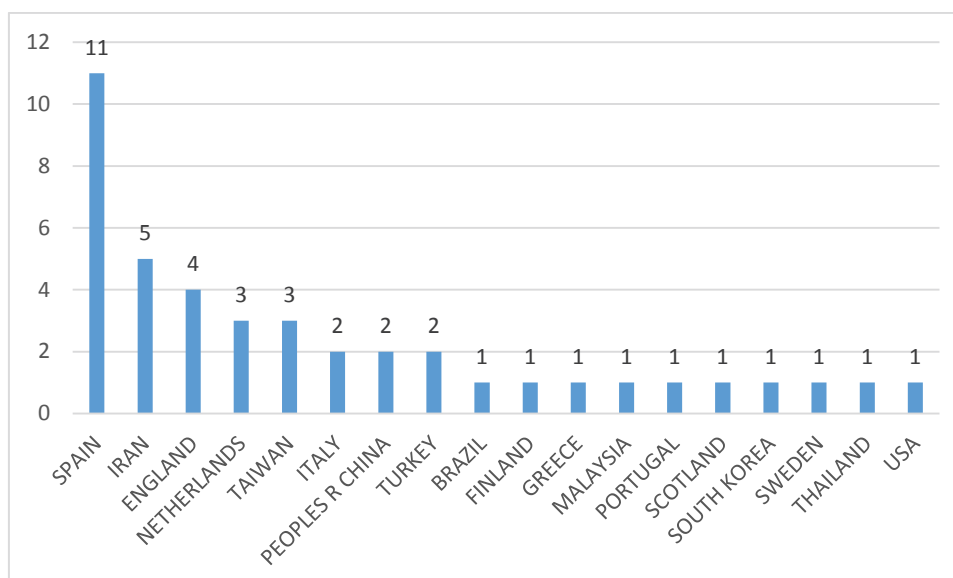


Fonte: Elaborado pelo autor.

O local de estudos das publicações dos artigos por países selecionados aqui representa o país do autor principal no período destacado pelo estudo de 2012 a 2017 na base de dados *Web of Science*. Foram encontrados 18 países nesta busca.

A figura 7 apresenta o número de publicações de cada país selecionado.

Figura 7: Número de artigos publicados por país.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação ao número de artigos, destaca-se a Espanha com o maior número de publicações, o que demonstra um grande interesse acadêmico pelo tema. Em seguida, aparecem Irã e Inglaterra. O Brasil aparece timidamente com apenas um trabalho. No levantamento utilizando o indexador de periódicos nacionais

e internacionais da Capes, os periódicos com autores brasileiros aparecem majoritariamente em 16 fontes. Surpreende o baixo número de trabalhos nos Estados Unidos da América haja vista ser considerado o “berço” dos parques tecnológicos. Supõe-se que seja em virtude do recorte temporal e (ou) das bases de dados pesquisadas, não contemplarem estudos relacionados ao país.

A maioria dos autores pesquisados utiliza o conceito de parques tecnológicos instituído pela Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação – IASP.

O quadro 5 mostra a visão sintética dos autores, de forma cronológica, sobre os objetivos, as características, a constituição, as possibilidades, o diferencial, o desenvolvimento, entre outras, para justificar a importância dos parques junto às instituições, a sociedade, as empresas, o governo e as universidades, buscando captar a essência desses empreendimentos.

De modo geral, os autores consideram os parques tecnológicos como instrumentos ou ambientes de inovação que interagem com as universidades, os institutos de pesquisa e as empresas de base tecnológica para promoção de desenvolvimento.

Observa-se que, ao longo do tempo, ocorreu uma certa flexibilização no conceito de parques, uma das razões é que, em diferentes países, foram desenvolvidas formas distintas de parques e que cada país tem uma história diversa de surgimento e seus próprios termos. Essa diversidade decorre das diferentes realidades regionais e das variadas motivações dos atores, como observado por Gaino e Pamplona (2014).

Nenhum dos trabalhos pesquisados no período definido por este estudo trouxe a definição utilizada pelo Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI.

Quadro 5: Visão sintética dos autores em relação aos parques tecnológicos.

Autores	Visão sintética dos autores em relação aos parques tecnológicos
Figlioli e Porto (2012)	<p>Ambientes caracterizados pela promoção da competitividade das empresas inovadoras e que visam à disseminação do conhecimento por meio da maior interação entre empresas e universidades/centros de pesquisa.</p> <p>Empreendimentos imobiliários planejados com uma organização gestora institucionalizada, a qual visa à promoção da inovação por meio de mecanismos de transferência de conhecimento e da articulação e/ou oferecimento de serviços tecnológicos de interesse das empresas.</p>
Pessoa et al. (2012)	<p>Ambientes especiais de inovação, uma vez que são lugares, por excelência, onde é possível ocorrer a colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e empresas de base tecnológica.</p> <p>Podem ser constituídos de formas muito diferentes. Ou seja, eles podem ser públicos, privados, com ou sem fins lucrativos.</p> <p>Organização social apresenta-se como a mais adequada para seus propósitos, uma vez que permite, por se tratar de regime jurídico de direito privado, que os parques não se sujeitem aos controles e as limitações próprios da atividade pública, sem, por outro lado, deixar de gozar dos benefícios que desfrutam as demais entidades sem fins lucrativos, tais como imunidades e isenções.</p>
Magalhães Correia e Gomes (2012)	<p>Possibilitam a geração de conexões entre os atores, em uma concepção sistêmica, estimulando seu desenvolvimento, em uma relação de parceria em que cada agente tem interesses e papéis distintos dentro da economia.</p> <p>Habitats de inovação que promovem, por meio de suas diversas ações, a inovação, a competitividade e o aumento da capacitação empresarial fundamentados na transferência de conhecimento e tecnologia.</p> <p>Habitats de inovação voltados para difundir uma nova cultura empreendedora e inovadora na região, através de sua base científica e tecnológica de apoio, em que a disseminação sistemática de conhecimento tecnológico é facilitada por estruturas gestoras formais e informais que contribuem para o desenvolvimento econômico da região ao qual está inserido, dinamizando a atividade econômica local por meio da formação e do crescimento acelerado de empresas e no aumento das atividades comerciais baseadas em produtos e serviços com alto valor agregado.</p>

Continua

Autores	Visão sintética dos autores em relação aos parques tecnológicos
Da Silva et al. (2013)	<p>O diferencial dos projetos de incubadoras e parques tecnológicos está relacionado ao fato de esses projetos trabalharem em rede.</p> <p>Tanto os parques tecnológicos como as incubadoras de base tecnológica, para terem sucesso, dependem da presença de IEPs de alto nível na região, assim como de um ambiente econômico dinâmico, com potencial de instigar o empreendedorismo.</p>
Zou e Zhao (2013)	<p><i>A good place to explore the government-university-enterprise linkage.</i> (Um bom espaço para explorar a integração governo-universidade-empresa)</p>
Gaino e Pamplona (2014)	<p>Ao permitirem a integração de diferentes instituições territoriais e nacionais, têm-se apresentado como possível solução para o problema da promoção de inovação tecnológica e do crescimento econômico em âmbito territorial.</p> <p>Empreendimentos que reúnem empresas de alta tecnologia, tanto focadas em produtos quanto em serviços, e oferecem a oportunidade para um elevado grau de cooperação institucional entre universidades e indústrias, constituindo-se loci privilegiado composto, normalmente, por infraestrutura física e organizacional de articulação e de criação de conhecimento visando o processo de inovação.</p>
Collarino e Torkomian (2015)	<p>Os parques tecnológicos devem prover a inteligência, a infraestrutura e os serviços pertinentes para o fortalecimento das empresas de alta tecnologia.</p> <p>Além de fomentarem o desenvolvimento de empresas nascentes e vincularem as empresas com a pesquisa acadêmica, os parques tecnológicos também atingem objetivos para a universidade e para o governo.</p> <p>As definições de parques tecnológicos enfatizam a necessidade de haver vínculos entre o parque tecnológico e as universidades, mas não há uma discussão formal do tipo de vínculo que deve haver entre o meio acadêmico e as empresas localizadas no parque.</p> <p>Os parques tecnológicos são ainda um fenômeno recente, de difícil definição e desconhecido para muitos empreendedores e pesquisadores.</p>

Continua

Autores	Visão sintética dos autores em relação aos parques tecnológicos
Bagatini et al. (2017)	<p>Os parques tecnológicos afluem interesse de estudos por pesquisadores, empreendedores, instituições, órgãos governamentais e interessados.</p> <p>Uma importante opção para estimular regiões em estagnação ou depressão econômica.</p> <p>Instrumentos estratégicos para promover a interação e a cooperação para inovação, pois integram num mesmo ambiente todos os elementos necessários para que a inovação aconteça com maior velocidade e qualidade.</p> <p>Os impactos sociais e econômicos nas regiões onde o sistema dos parques tecnológicos está inserido são percebidos pelos resultados de empregos, diretos ou indiretos, e receitas geradas no entorno deste ambiente.</p>

Concluído.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O levantamento apresentado no quadro 6 a seguir traz a visão dos autores com relação à inovação tecnológica, os parques e o desenvolvimento. A OCDE (2005) indica que a inovação é um processo contínuo e que por isso é mais difícil de mensurar e que o requisito mínimo para se definir uma inovação é que o produto, o processo, o método de *marketing* ou organizacional sejam novos ou melhorados.

Quadro 6: Visão dos autores sobre inovação tecnológica.

Autores	Inovação tecnológica
Figlioli e Porto (2012)	A inovação tecnológica, fator central de uma economia baseada no conhecimento, é ingrediente principal do desenvolvimento econômico.
Bagatini et al. (2017)	O incentivo à inovação tecnológica é uma forma de promover o desenvolvimento do país. Países desenvolvidos compreendem que é por meio do desenvolvimento tecnológico que é possível criar novas empresas com empregos qualificados, que desenvolvem produtos inovadores, isso gera riqueza e desenvolvimento para o país.
Sousa e Gonçalves (2017)	A lacuna no conhecimento interdisciplinar entre o aspecto técnico que permite a inovação e a capacidade de avaliação da oportunidade de negócio advinda da tecnologia e sua posterior gestão seria um dos elos faltantes para ampliação do processo de inovação nas empresas nas incubadoras/ parques, ou até no país.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se, ao pesquisar sobre o desenvolvimento regional ou local, que os autores fazem uma ligação desse desenvolvimento aos parques e a inovação. Steiner (2008) aponta que os parques tecnológicos são bons promotores no

desenvolvimento regional e nacional, e que são locais que proporcionam postos de trabalho, serviços, bem-estar social, arrecadação e incentivo à economia.

Quadro 7: Visão dos autores sobre desenvolvimento regional/local.

Autores	Desenvolvimento regional local
Collarino e Torkomian (2015)	Um parque está inserido em ações estratégicas de desenvolvimento regional e local e que precisa ser direcionado para um campo no qual possa atuar e ser competitivo (Steiner, Cassim e Robazzi ,2008).
Gaino e Pamplona (2014)	<p>A definição (de parques apresentada pela ANPROTEC) remete à ideia de um complexo produtivo-industrial planejado, articulado e concentrado, caracterizado por um espaço delimitado com infraestrutura de promoção de empresas de alta tecnologia e cujo principal objetivo é o desenvolvimento regional.</p> <p>O fim do protecionismo e das restrições à entrada de novas empresas e investimentos internacionais possibilita que elas, agora como protagonistas, por meio de suas diferenciações e vantagens locais, atraiam investimentos para consolidação e reconfiguração do desenvolvimento regional.</p>
Hung (2012)	<p><i>With the development of a knowledge-based economy, building relationships between public and private sectors is widely recognized as a tool to promote innovation and regional development.</i> (Com o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento, a construção de relações entre os setores público e privado é amplamente reconhecida como uma ferramenta para promover a inovação e o desenvolvimento regional.)</p>
Albahari; Catalano e Landoni (2013)	<p><i>Science Parks have been widely studied in recent years but the majority of the contributions were mainly focused on the economic performances of the firms located in the parks. Limited attention has been devoted to analyse the impact of the parks on scientific and technological local development.</i> (Os parques científicos foram amplamente estudados nos últimos anos, mas a maioria das contribuições foi principalmente focada nos desempenhos econômicos das empresas localizadas nos parques. Uma atenção limitada foi dedicada a analisar o impacto dos parques no desenvolvimento local científico e tecnológico.)</p>

Continua

Autores	Desenvolvimento regional local
Díez-Vial e Montoro-Sánchez (2016)	<p><i>Although some studies have questioned the contribution of science parks to local development, the results obtained in this research paper, as well as in other previous studies that have pointed out the importance of local networks, show the importance and benefit of frequent university–firm interaction throughout the innovation process. In particular, informal encounters with members of the university, establishing R&D agreements, or maintaining relationships with other firms in the park, are examples or activities that give access to knowledge.</i> (Embora alguns estudos tenham questionado a contribuição dos parques científicos para o desenvolvimento local, os resultados obtidos neste trabalho de pesquisa, bem como em outros estudos anteriores que apontaram a importância das redes locais, mostram a importância e o benefício da frequente interação universitária ao longo do processo de inovação. Em particular, os encontros informais com membros da universidade, a formalização de acordos de P & D ou a manutenção de relações com outras empresas no parque são exemplos ou atividades que dão acesso ao conhecimento.)</p>

Concluído.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se com isso que o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento é amplamente reconhecida como uma ferramenta para promover a inovação e o desenvolvimento regional (HUNG, 2012), e que os encontros informais entre as empresas e os membros da universidade, a formalização de acordos de pesquisa e o desenvolvimento ou a manutenção de relações com outras empresas no parque são exemplos ou atividades que dão acesso ao conhecimento (DÍEZ-VIAL; MONTORO-SÁNCHEZ, 2016).

Albahari, Catalano e Landoni (2013) confirmam que uma atenção limitada foi dedicada a analisar o impacto dos parques no desenvolvimento local científico e tecnológico.

Gaino e Pamplona (2014) enfatizam que há importantes limitações da ideia de que o sucesso do parque depende fundamentalmente da capacidade de cooperação e mobilização de recursos por parte dos agentes envolvidos.

Os estudos selecionados para a revisão sistemática da literatura não trouxeram aspectos negativos sobre os parques tecnológicos, apenas inúmeros aspectos positivos. Quando da revisão bibliográfica encontrou-se, sobre esse tema, a análise de Sanz (1998) apresentado por Zouain (2003) com o intuito de expor as

diversas experiências aos formuladores de novos projetos e de políticas que envolvem esse tema. O quadro a seguir exhibe essa análise.

Quadro 8: Balanço entre aspectos positivos e negativos (Sanz, 1998).

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
São impulsionadores de uma maior consciência social e coletiva sobre a importância dos papéis da tecnologia e da inovação.	A contrapartida do apoio público aos parques (sem o qual não teriam sido criados) é de uma frequente e excessiva “dependência” política, com um prejudicial cerceamento da liberdade de gestão com critérios empresariais.
Criaram e aperfeiçoaram, juntamente com as incubadoras, uma série de metodologias para a criação de novas empresas inovadoras (<i>spin-off</i> e outros processos).	A vinculação prática e real com as universidades é, em muitos casos, menor do que o desejável e, inclusive, insuficiente.
Adotaram e desenvolveram o conceito de trabalho em rede (e pela globalização).	Com frequência detecta-se um excessivo peso do aspecto “imobiliário”, em detrimento de outros aspectos que realmente agregam valor às empresas.
Contribuíram para a introdução da cultura de qualidade na gestão global das empresas.	Pequena presença (os parques não a fomentam suficientemente) de iniciativas de capital semente e de capital de risco vinculados ao projeto do parque e a suas empresas.
Contribuíram, em geral, para um impacto positivo em suas regiões de influência, e não somente para as empresas instaladas em suas dependências (esse fenômeno é mais claro em regiões de baixo ou médio desenvolvimento econômico).	Frequentes confusões a respeito do papel dos parques na captação de investimentos internacionais para sua região.

Fonte: Zouain (2003).

2.6 Conclusão e Recomendações

Este estudo teve como objetivo identificar, descrever e analisar as pesquisas sobre parques tecnológicos e desenvolvimento regional por meio da inovação mediante uma revisão sistemática da literatura.

Verificou-se a constante afirmação da necessidade da interação entre governo, universidades e empresas com o intuito de produção de novos conhecimentos, da inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico.

Observa-se, no entanto, o que diz Collarino e Torkomian (2015) com relação às definições de parques tecnológicos que enfatizam a necessidade de haver

vínculos entre o parque tecnológico e as universidades, mas não há uma discussão formal do tipo de ligação que deve haver entre ambos.

É possível afirmar que um parque tecnológico é um ambiente de inovação característico com um grande potencial de desenvolvimento regional, em que o relacionamento entre as partes envolvidas deve ser sempre incentivado, buscando derrubar os empecilhos que cada unidade vive em seu cotidiano.

Cruz et al. (2013) confirmam que o conjunto da *Tríplice Hélice* forma uma ação técnica inovadora, com a intenção de propor e implementar políticas públicas de desenvolvimento regional, visando a geração de um desenvolvimento autossustentável fundamentado no desenvolvimento científico e tecnológico por meio da interação entre governo, universidade e empresas.

Destaca-se que os parques tecnológicos foram largamente estudados nos últimos anos, porém a maioria das contribuições foi focada principalmente nos desempenhos econômicos das empresas localizadas nos parques.

Parques tecnológicos é um conceito que merece muito mais atenção e investimento e demonstra ser cada vez mais um movimento estruturado e eficiente na busca da inovação pelas partes – organizações – estabelecidas e emergentes do setor econômico. Em contra partida, as políticas públicas parecem caminhar no mesmo sentido, mesmo que de forma lenta, na direção de estabelecer e direcionar caminhos para a concretização do trinômio – ciência, tecnologia e inovação.

Mostra-se claro que projetos de implantação de parques tecnológicos no país devem e precisam ter o apoio do poder público regional, ou seja, a tomada de decisão política deve visar à fixação dos alicerces do empreendimento, com o objetivo desse processo não ser interrompido, pois as respostas serão a longo prazo e exigem o extremo comprometimento político, assim o projeto deve ser consistente e, a partir do seu auge, deve ser grande o suficiente para garantir a sua continuidade independentemente da gestão política que venha determinar as diretrizes de desenvolvimento.

Esta presente pesquisa vem apontar e reforçar o valor dos parques tecnológicos como uma instituição empreendedora para a difusão do conhecimento e como potencial contribuição para a sociedade. Seu ponto primordial é o papel diferenciado na transferência de tecnologias visando à inovação e o desenvolvimento socioeconômico regional.

Como limitação deste estudo, destaca-se o acesso aos periódicos restritos (pagos). Sugere-se para estudos futuros a utilização de outras bases de dados, recorte temporal diverso e abordagem de temas alheios a este trabalho.

2.7 Referências

ALBAHARI, A.; CATALANO, G.; LANDONI, P. Evaluation of national science park systems: a theoretical framework and its application to the Italian and Spanish systems. **Technology Analysis and Strategic Management**, v. 25, n. 5, p. 599–614, 2013.

COLLARINO, R. L. X.; TORKOMIAN, A. L. V. O Papel Dos Parques Tecnológicos No Estímulo À Criação De Spin-Offs Acadêmicas. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 5, n. 2, p. 201–225, 2015.

DA LUZ, A. et al. Análise de empresa incubada como habitat de empreendedorismo, inovação e competitividade. **Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 7, n. 4, p. 43, 2012.

DA SILVA, M. R. M. et al. ULBRATECH: desafios e benefícios na implantação de uma rede de inovação. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 133–142, 2013.

DEMESIO CARVALHO DE SOUSA, RODRIGO FRANCO GONÇALVES, M. A. E J. B. S. Parques Tecnológicos E Incubadoras : Uma Análise Do Processo De Pré-Incubação De Empresas De Base Tecnológica. **Interciencia**, 2017.

DÍEZ-VIAL, I.; MONTORO-SÁNCHEZ, Á. How knowledge links with universities may foster innovation: The case of a science park. **Technovation**, v. 50–51, p. 41–52, 2016.

F.M.BAGATINI et al. Parques tecnológicos: alavancagem econômica do entorno. **Revista Produção e Desenvolvimento**, n. 2015, p. 43–54, 2017.

FIGLIOLI, A.; PORTO, G. S. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 290–306, 2012.

GAINO, A. A. P.; PAMPLONA, J. B. Abordagem teórica dos condicionantes da formação e consolidação dos parques tecnológicos. **Production**, v. 24, n. 1, p. 177–187, 2014.

HUNG, W. C. Measuring the use of public research in firm R&D in the Hsinchu Science Park. **Scientometrics**, v. 92, n. 1, p. 63–73, 2012.

JUNQUEIRA, L. A. P.; AMORIM, M. C.; SILVA, M. F. INOVAÇÃO: PERSPECTIVA SCHUMPETERIANA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS. **GESTÃO CONTEMPORÂNEA**, p. 133–145, 2015.

MAGALHÃES CORREIA, A. M.; GOMES, M. DE L. B. Habitats for Innovation in Knowledge Economy: Identifying Actions for Success. **Review of Administration and Innovation - RAI**, v. 9, n. 2, 2012.

PESSÔA, L. C. et al. Brazilian Technology Parks: a Comparative Analysis of Business Management. **Review of Administration and Innovation - RAI**, v. 9, n. 2, 2012.

URRIAGO, Á. R. V.; BARGE-GIL, A.; RICO, A. M. Science and Technology Parks and Cooperation for Innovation: Empirical evidence from Spain. **MPRA Paper**, n. 28953, 2012.

ZOU, Y.; ZHAO, W. Anatomy of Tsinghua University science park in China: Institutional evolution and assessment. **Journal of Technology Transfer**, v. 39, n. 5, p. 663–674, 2013.

3 ESTUDO II: O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS – PNI COMO INDUTOR DE INOVAÇÃO⁹

3.1 Introdução

O conhecimento e a inovação tecnológica são considerados como fontes fundamentais ao crescimento econômico dos países que se destacam no mercado internacional (OCDE, 2005). Com o intuito de incentivar fortes negócios em tecnologia, os parques tecnológicos, com base no relacionamento com a universidade e os centros de pesquisa, representam um espaço alternativo de promoção e transferência do conhecimento (FERNANDES, 2014).

O conceito de parque tecnológico surgiu inicialmente nos Estados Unidos na década de 1950, em Stanford, Califórnia (COOPER, 1971). Os parques tecnológicos têm por objetivo promover uma infraestrutura técnica, logística e administrativa para ajudar pequenas empresas a desenvolver seus produtos, aumentar a competitividade, favorecer a transferência tecnológica e a criação de um ambiente propício à inovação, fundamentados no intercâmbio entre a universidade e a iniciativa privada (BAKOUROS, MARDAS E VARSAKELIS, 2002).

Tendo essa perspectiva, o Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações¹⁰ criou o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI com o intuito de fomentar o desenvolvimento e a consolidação de incubadoras e parques tecnológicos no Brasil como mecanismos de apoio ao desenvolvimento econômico do país.

O PNI é estruturado para “congregar, articular, aprimorar e divulgar os esforços institucionais e financeiros de suporte a empreendimentos residentes nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos”, com a finalidade de ampliar e incrementar os recursos canalizados para apoiar a geração e a consolidação de um crescente número de micro e pequenas empresas inovadoras (MCTI, 2016).

⁹ O presente capítulo é o primeiro artigo desta dissertação *multipaper*.

¹⁰ O Ministério de Ciência e Tecnologia mudou de nome em 2011 para Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e em 2016 para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), conforme Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8877.htm>.

O programa tem a supervisão do Comitê Consultivo, no qual estão representadas instituições de âmbito nacional comprometidas com o desenvolvimento de políticas e com o fomento de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. As principais atribuições desse Comitê são: a) definição de metas regulares a serem alcançadas; b) definição de um cronograma de ações do programa; e) aprimoramento contínuo das diretrizes e das estratégias de implementação do PNI; f) busca de novas associações nacionais e internacionais; g) sugestão de critérios e indicadores de avaliação e acompanhamento do PNI; e h) promoção da interação entre PNI e programas análogos (MCTI, 2016).

A alavancagem econômica procedente desse programa pode ser transformada em um ciclo de circulação de riqueza, em que há de se verificar oportunidades para captura de parte dos resultados auferidos, com finalidade de converter esses ganhos, posteriormente, em recursos para viabilização econômico-financeira sustentável desses projetos. Dessa forma, pode-se acelerar o crescimento e o desenvolvimento econômico local e impulsionar parte da sustentabilidade de tais empreendimentos em função do desenvolvimento gerado por eles.

Os ganhos de um projeto, de forma significativa, fazem parte dos efeitos sociais, econômicos e ambientais indiretamente causados por esses projetos. Cabe definir que externalidades positivas são benefícios que as ações de algum agente econômico causam sobre os demais e às quais não corresponde uma compensação (PYNDYCK E RUBINFELD, 1999). Portanto, para o aproveitamento adequado desses ganhos, fazem-se necessários o entendimento e a avaliação desse ciclo de circulação de riqueza inerente à implantação de projetos apoiados pelo PNI.

Os parques tecnológicos são considerados instrumentos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Com isso, pretende-se verificar a relação do incentivo do PNI aos parques com a geração de inovação.

3.2 Referencial Teórico

Neste capítulo, são apresentados os conceitos, as definições e os fundamentos teóricos que fundamentam as discussões conduzidas neste trabalho. A pesquisa se amparou principalmente em três categorias de conhecimentos, ou disciplinas: inovação; desenvolvimento; e parques tecnológicos.

3.2.1 Inovação

A corrente schumpeteriana, teoria evolucionária e o sistema da inovação serão consideradas como linha teórica principal para embasar e delimitar o conceito de inovação.

3.2.1.1 Inovação Tecnológica como instrumento de desenvolvimento

Atribui-se ao economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) a criação do conceito de inovação como se é conhecido atualmente.

O referido Schumpeter (1997) especifica inovação baseando-se em cinco aspectos: introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e estabelecimento de uma nova organização comercial. De modo geral, inovação é um processo sistemático pelo qual se cria um produto (bem ou serviço) e incita-se a demanda e o consumo, provocando, no desenvolvimento econômico, uma transformação positiva.

Na concepção de Schumpeter “o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’” (SCHUMPETER, 1978, pg. 65) afirma assim que a inovação é o motor da economia e uma das principais forças do desenvolvimento econômico.

De acordo com Nelson e Winter (2005) a inovação e o desenvolvimento estabelecem o comportamento dos agentes no processo produtivo e que esses processos acontecem nas empresas. Afirmam ainda que as companhias desenvolvem rotinas para inovação, que, em determinados períodos, podem modificar diversas características e reavaliar sua forma de operacionalização.

Com uma visão neo-schumpeteriana¹¹, Lundvall (2005) define inovação como sendo um processo que engloba: a descontinuidade nas características técnicas ou na utilização de um novo produto ou processo, e a introdução, a difusão e a adaptação do novo artefato.

¹¹ Os neo-schumpeterianos são assim chamados porque retomam o pensamento de Schumpeter ao destacar a inovação como fenômeno fundamental do desenvolvimento.

Diante disso, Junqueira, Amorim e Silva (2015) destacam ao comparar o pensamento schumpeteriano e dos neo-schumpeterianos que: não há discordâncias significativas entre eles; a aproximação da teoria econômica sobre desenvolvimento e dos estudos sobre estratégia, gestão de processos e *marketing*; e a importância da incorporação da tecnologia não apenas no produto e processo, mas também na comercialização e no *marketing*.

No Quadro 9, a seguir, encontram-se as sínteses do entendimento de alguns neo-schumpeterianos com relação a inovação.

Quadro 9 - Síntese da visão de alguns autores neo-schumpeterianos.

Autores	Definição
Freeman (1987)	Inovar é o processo que inclui as atividades técnicas, concepção, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos (ou melhorados) produtos, ou na primeira utilização de novos (ou melhorados) processos.
Dosi; Pavitt; Soete (1990)	Inovar é uma atividade complexa inserida em um processo ou relacionada com descoberta, desenvolvimento, experimentação e adoção de novos produtos e/ou processos produtivos.
Higgins (1995)	Inovar é criar novos produtos ou processar melhorias em produtos existentes e o mesmo ocorre para os serviços. Os processos podem ser novos ou serem realizadas melhorias.
Rieg; Alves Filho (2003)	Inovar significa desenvolver tecnologias de processos e produtos viáveis comercialmente. Inovar tecnologicamente é aperfeiçoar o desempenho do produto.
Prahalad; Ramaswamy (2004)	Inovar é adotar novas tecnologias que permitam aumentar a competitividade da empresa no mercado.
Kelley (2005)	Inovar é o resultado de um trabalho em equipe, isto é, ser receptivo à cultura e tendências de mercado, aplicando conhecimento de maneira a visualizar o futuro e gerar produtos e serviços diferenciados.

Fonte: (JUNQUEIRA et al, 2005). Adaptado pelo autor.

Neste trabalho, adota-se a definição de inovação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), base para as políticas de fomento à inovação de vários países, definida no Manual de Oslo como a:

Implementação de um produto (bem ou serviço), novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo

método organizacional nas práticas de negócio, na organização local de trabalho ou nas relações de trabalho (OCDE, 2005, p. 55).

De forma mais simples, o manual indica que “o requisito mínimo para se definir uma inovação é que o produto, o processo, o método de *marketing* ou organizacional sejam novos (ou significativamente melhorados) para a empresa” (OCDE, 2005, p. 55). Aponta, ainda, que a inovação é um processo contínuo e que por isso é mais difícil de mensurar.

A OCDE (2005) classifica em seu Manual de Oslo a inovação conforme o quadro 10.

Quadro 10: Tipos de Inovação.

Classificação	Definição	Exemplo
Inovação de produto	Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos.	Melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, <i>softwares</i> incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.
Inovação de processo	Implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou <i>softwares</i> .	Reduzir custos de produção ou de distribuição, Melhorar a qualidade, ou ainda produzir ou distribuir produtos novos ou significativamente melhorados.
Inovação de <i>marketing</i>	Implementação de um novo método de <i>marketing</i> com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.	Método de <i>marketing</i> que não tenha sido utilizado previamente pela empresa. Mudanças substanciais no design do produto, constituindo um novo conceito de <i>marketing</i> .
Inovação organizacional	Implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.	Melhoria do desempenho de uma empresa por meio da redução de custos administrativos ou de custos de transação, estimulando a satisfação no local de trabalho, ganhando acesso a ativos não transacionáveis ou reduzindo os custos de suprimentos.

Fonte: Manual de Oslo (OCDE, 2005). Adaptado pelo autor.

Observa-se que o conhecimento e a inovação tecnológica são considerados como as principais fontes do crescimento econômico dos países que se destacaram em termos de crescimento no mercado internacional. “Um desenvolvimento econômico paralelo é o crescimento da inovação em serviços nas economias avançadas”. (OCDE, 2005, p. 35).

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas – ONU – lançou a Agenda 2030 como documento final adotado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. As ações tomadas durante a Cúpula resultaram em dezessete novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Dentre os dezessete novos objetivos, destacam-se para este trabalho os objetivos diretamente relacionados à inovação:

Quadro 11: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, tem como meta:
8.3 – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, cuja meta é construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. Esse objetivo é subdividido em oito metas, das quais enfatizamos as metas:
9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento e
9.b – Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities.

Fonte: Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015 (ONU, 2015). Adaptado pelo autor.

O documento da ONU – Agenda 2030 – (ONU, 2015) declara que a revitalização econômica contribui para criar melhores condições para a estabilidade

e a sustentabilidade do país. Afirma, além disso, que é possível promover políticas que incentivem o empreendedorismo e a criação de empregos de forma sustentável e inclusiva e que os investimentos em infraestrutura e em inovação são condições básicas para o crescimento econômico e para o desenvolvimento das nações.

Ainda, de acordo com Ruffoni e Zawislak (2011) a transformação do conhecimento em desenvolvimento dá-se através de atividades específicas capazes de gerar progresso técnico para o país e que, ao se mencionar a relação entre o conhecimento e o desenvolvimento, deve-se refletir em ciência e tecnologia, geração de tecnologia, pesquisa, inovação, indicadores e em investimentos. Asseguram, ainda, que os países que exploraram mais e melhor o conhecimento que detêm exibem taxas de desenvolvimento econômico mais altas.

A seguir, é apresentada uma breve contextualização sobre o sistema nacional brasileiro de inovação.

2.2.1.1 O Sistema Nacional de Inovação

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC utiliza como indicadores na área de ciência e tecnologia os recursos aplicados, os recursos humanos, as bolsas de formação, a produção científica, as patentes, a inovação, as comparações internacionais e os indicadores estaduais de Ciência e Tecnologia (MCTIC, 2017).

Os recursos aplicados são considerados pelo MCTIC como os principais indicadores na área de ciência e tecnologia, incluindo investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), públicos e privados, e em atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC) públicas (MCTIC, 2017).

O Brasil teve como dispêndio¹² nacional em Ciência e Tecnologia, públicos (federais e estaduais) e empresariais, nos anos de 2000 a 2015, um valor total de R\$ 781,052 trilhões (atualizada em outubro de 2017). Pode-se verificar na figura a seguir a evolução no investimento em ciência e tecnologia. Considera-se ciência e tecnologia como as atividades relacionadas à pesquisa e o desenvolvimento experimental mais as atividades científicas e técnicas correlatas.

¹² Termo atribuído pelo Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

Figura 8: Dispendio nacional em ciência e tecnologia (C&T)(1) por atividade, 2000-2015.



Fonte: MCTIC (2017). Disponível em: <https://goo.gl/ReCunP>.

O Sistema Nacional de Inovação – SNI expressa o estímulo do progresso tecnológico e destaca a acumulação de tecnologia por meio de uma combinação de importações de tecnologia, atividades locais e políticas intervencionistas pró-indústrias. Logo, o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento depende de processos mais profissionais e sistemáticos de inovação e aprendizagem e da introdução de novos produtos e processos numa base mais sólida (FREEMAN, 1995).

De acordo com Freeman (1995), um Sistema Nacional de Inovação é o relacionamento entre instituições públicas e privadas com o objetivo de criar e difundir inovações em um país.

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI indica que “as trajetórias de evolução dos SNCTIs são aquelas que primam pela integração contínua das políticas governamentais com as estratégias empresariais” e que “vultosos investimentos têm sido realizados nos últimos anos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, levando o Brasil a se destacar em diversos setores da CT&I” (ENCTI, 2016, p.17).

O SNCTI é formado pelos seguintes atores e instituições: os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Defesa (MD), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Educação (MEC) e Saúde (MS); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs); secretarias estaduais e municipais de desenvolvimento, educação, ciência e tecnologia; bancos e agências de desenvolvimento, exemplo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); universidades, centros e instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas; empresas, públicas e privadas; entidades ligadas ao setor privado; associações científicas, tecnológicas e empresariais.

Figura 9 - Principais atores do SNCTI.



Fonte: ENCTI (2016, p. 18).

Segundo Puffal (2011), para que esse avanço científico e tecnológico aconteça, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em fase de desenvolvimento, há a necessidade da existência de atores principais, os quais já foram citados, mas que merecem destaque, pois cada um faz sua parte individual, gerando resultados no todo.

Dessa maneira, percebe-se que as organizações são os principais motivadores ou os motores de inovação (KANNEBLEY PORTO, 2012).

A relação entre a organização empresarial e as instituições específicas de fomento à inovação e tecnologia torna-se primordial para que haja o avanço esperado para o país. A seção seguinte apresentará uma breve contextualização teórica do modelo da tríplice hélice.

2.2.1.2 O modelo da Tríplice Hélice

O modelo da Tríplice Hélice se propõe a compreender os processos inovadores com base na união de três componentes: governo, universidade e empresa.

Segundo Sabato e Botana (1975) para a inovação ocorrer seria preciso o envolvimento do governo, da estrutura produtiva e das instituições de ciência e tecnologia. Ficando o governo responsável em formular e implementar políticas de incentivo a inovação.

Conforme afirmam Arantes e Serpa (2012) a forma *atual* do Modelo da Tríplice Hélice passou por várias adaptações. Em 1996, Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff idealizaram o modelo denominado Hélice de Inovação onde universidades, empresas e governo tem igual importância na competência de desenvolvimento da inovação.

Dessa forma, Etzkowitz (2009) enfatiza que o modelo da Tríplice Hélice de Inovação é formado de relações multilaterais que podem ter pontos de partida distintos, tais como atividades de produção e distribuição, *marketing*, universidades, pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Assim, a interação entre governo, universidade e empresa oferece condições adequadas para a inovação, gerando um diferencial às empresas agregadas a redes de cooperação.

A seguir, será apresentada uma breve contextualização sobre parques tecnológicos como instrumentos de inovação, posteriormente as previsões de Financiamento de Parques Tecnológicos e por fim será exposto o Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI.

3.2.2 Parques Tecnológicos – Instrumentos de inovação

Os parques tecnológicos surgiram de forma natural e involuntária. No final da década de 1940, nos Estados Unidos, na Universidade de Stanford – Califórnia, a articulação entre pesquisa e conhecimento científico e o esforço de adequação desse conhecimento ao desenvolvimento de novas tecnologias deram origem a vários empreendimentos de sucesso, dos quais nasceu o chamado “Vale do Silício”. Surge na década de 1950 a partir dessa experiência o conceito de parque tecnológico (COOPER, 1971).

Monck et al. (1988) afirmam que a ideia de parques tecnológicos nasceu a partir do entendimento de que a associação entre a pesquisa acadêmica-universitária e as iniciativas empresariais fortaleceram o desenvolvimento tecnológico e ocasionaram a criação de sistemas institucionais planejados para esses fins específicos, que foram generalizados a partir da década de 1960.

Existem várias definições de parques tecnológicos, e uma das razões é que, em diferentes países, foram desenvolvidas diferentes formas de parques científicos e que cada país tem uma história diferente de surgimento e seus próprios termos. Para este trabalho, a definição utilizada é a adotada oficialmente pela Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação – IASP por ser a que mais abrange o tema relacionado e por ter sido a base para a formulação do conceito instituído pelo MCTIC, que conceitua parque científico como

Uma organização gerenciada por profissionais especializados, cujo principal objetivo é aumentar a riqueza de sua comunidade por meio da promoção da cultura da inovação e da competitividade de suas empresas associadas e instituições baseadas em conhecimento. Para permitir que estas metas sejam alcançadas, o Parque Científico estimula e gerencia o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas e mercados; isto facilita a criação e o crescimento de empresas baseadas em conhecimento por meio de mecanismos de incubação e processos de “spin-off”; e proporciona outros serviços de valor agregado juntamente com instalações e espaço de alta qualidade.¹³ (IASP, 2016)

O MCTIC define parques tecnológicos em sua Portaria MCT nº 139, de 10 de março de 2009 como sendo

¹³ Tradução livre pelo autor.

Complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam a fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual e municipal, comunidade local e setor privado. (MCTIC, 2018)

Fundamentados no intercâmbio entre a universidade e a iniciativa privada, os parques tecnológicos têm por finalidade impulsionar uma infraestrutura técnica, logística e administrativa para auxiliar pequenas empresas a aperfeiçoar seus produtos, aumentar a competitividade, beneficiar a transferência tecnológica e a criação de um ambiente favorável à inovação (BAKOUROS, MARDAS E VARSAKELIS, 2002).

“Os parques tecnológicos podem ser percebidos como instrumentos estratégicos para promover a interação e a cooperação para inovação, pois integram num mesmo ambiente todos os elementos necessários para que a inovação aconteça com maior velocidade e qualidade” (BRASIL, 2015, p.18).

Steiner, Cassim e Robazzi (2008) afirmam que parques tecnológicos são ambientes de inovação e que, após suas implantações, ajudam a incentivar as economias regionais e nacionais, de modo especial nos países em desenvolvimento, acrescentando-lhes conhecimento. Assim, os parques tecnológicos fazem que as economias desses países se tornem mais competitivas no cenário internacional e gerem empregos de qualidade, bem-estar social e receitas. Essa afirmação corrobora os objetivos da ONU apresentados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Um diferencial que um parque tecnológico oferece é a gestão da inovação, atraindo e integrando seus elementos para operacionalização de projetos mobilizadores que possam dinamizar o desenvolvimento de uma região, gerando maior agregação de valor nas cadeias produtivas. (BRASIL, 2015, p.18-19).

A seguir, serão apresentadas as características de Financiamento de Parques Tecnológicos.

3.2.3 O Financiamento de Parques Tecnológicos

Segundo Gower e Harris (1994), o financiamento dos parques tecnológicos pode ser entendido como uma forma mista de oportunidade de investimento e de desenvolvimento imobiliário. O apoio do setor público e a utilização de parcerias que podem gradualmente apontar para o setor privado são características sólidas. As

particularidades dos parques tecnológicos, como desenvolvimento imobiliário e de investimento, são elevadas e, por isso, mesmo os fundos e os investimentos privados possuem motivos filantrópicos. O patrocínio do setor público e os motivos filantrópicos permanecem no topo da agenda dos parques de tecnológicos, mas existe a crescente necessidade de assegurar a viabilidade comercial e poder acelerar a melhoria do seu perfil de investimento potencial.

O parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal determina que

O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia. (BRASIL, 1988, p. 379)

Em 2016, o Governo Federal promulgou a Lei nº 13.243/2016, regulamentando o art. 219 da Constituição Federal, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Essa lei, apelidada de marco legal da Ciência e Tecnologia, busca incentivar o fomento aos ambientes de inovação. Em seu art. 3º, diz que

Art. 3º - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia. (BRASIL, 2016)

Foram inseridas maiores facilidades para celebração de parcerias do setor público com o setor privado, por intermédio de concessão de recursos ou parcerias em atividades, assim como simplificação de procedimentos para contratação de bens e serviços com características inovadoras ou que forneçam insumos para atividades específicas de instituições científicas, tecnológicas e de inovação (BRASIL, 2016).

A seguir, será apresentado o Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI.

3.2.4 O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI

A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC (2012a) afirma que o tema parques tecnológicos começou a ser tratado no Brasil a partir da criação de um Programa do CNPq, em 1984, para apoiar este tipo de iniciativa. A falta de uma cultura voltada para a inovação e o baixo número de empreendimentos inovadores existentes na época fizeram com que os primeiros projetos de parques tecnológicos acabassem dando origem às primeiras incubadoras de empresas no Brasil.

No ano de 1992, o atualmente denominado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC lançou o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica Industrial – PACTI como um guarda-chuva para estruturar projetos dispersos pré-existentes e planejar novos em torno da interação Universidade e Empresa. Surgiu por meio do PACTI a criação do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas – PNI, como uma das prioridades estratégicas para promover o dispêndio privado em P&D e a interação com a pesquisa pública, conforme identificou Velho e Saenz (2002).

A partir de 2000, os parques tecnológicos voltaram a fortalecer-se como alternativa para promoção do desenvolvimento tecnológico, econômico e social (ANPROTEC, 2012b). O então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) instituiu, por meio da Portaria MCT nº 715, o Comitê Gestor do Programa Nacional de Apoio às incubadoras de Empresas – PNI (BRASIL, 2002), induzido por esse movimento de grandes proporções em várias regiões do País para implantação de parques tecnológicos. Em 2005, o nome do Programa foi então alterado para Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos – PNI por meio da Portaria MCT nº 585 (BRASIL, 2005).

Em 2009, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) publica a Portaria MCT nº 139 que institui o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos – PNI com o objetivo de “fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas” e contribuir para o estímulo e a aceleração do processo de criação de micro e pequenas empresas de conteúdo tecnológico e seus produtos, os processos e os serviços; a atividade de inovação e a utilização de métodos modernos de gestão (BRASIL, 2009).

Desde a sua criação, o PNI apoiou a criação de diversas incubadoras e parques tecnológicos no Brasil por meio de editais do MCTIC por intermédio da FINEP, CNPq e Emendas Parlamentares¹⁴ (BRASIL, 2016).

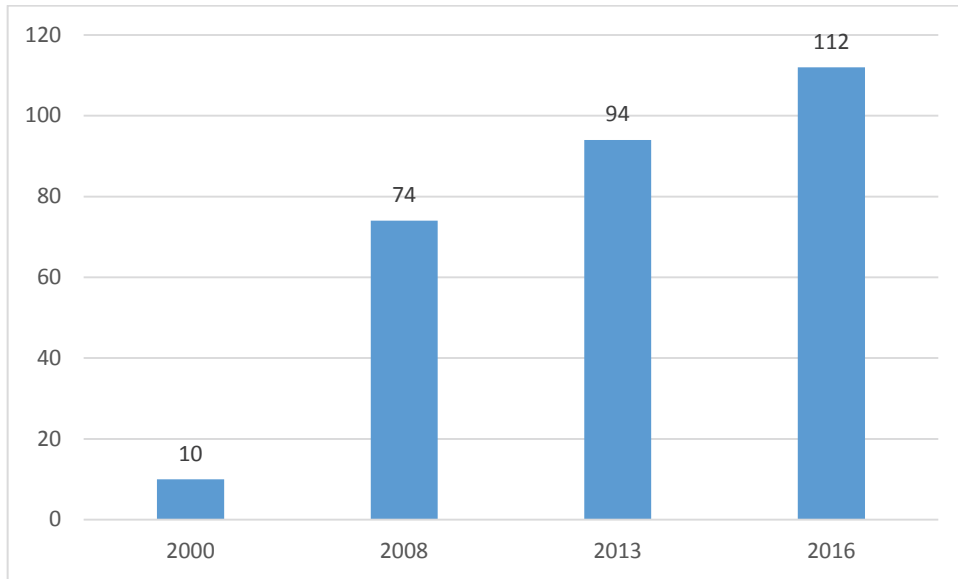
Os Estudos de Impactos do PNI realizados pelo MCTIC mostram que, durante o período de 2002 a 2012, foram investidos, em parques tecnológicos brasileiros, utilizando recursos não reembolsáveis, aproximadamente R\$ 88 milhões por meio de editais FINEP e mais de R\$ 167 milhões por meio de Emendas de Parlamentares. Os parques apoiados financeiramente pelo PNI “receberam recursos não reembolsáveis¹⁵ para financiamento de obras de infraestrutura e projetos e de investimento em empresas residentes”. (BRASIL, 2015, p. 36).

Em 2014, o MCTIC apresentou um estudo em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), mostrando a evolução de iniciativas de implantação de parques para demonstrar uma constante evolução na quantidade desses habitats de inovação no país. Segundo levantamento do MCTIC (2016), atualmente existem no Brasil 31 parques em operação, 28 em implantação, 49 em fase de projetos e 4 considerados indefinidos, totalizando 112 iniciativas.

¹⁴ De acordo com a Constituição, a Emenda Parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas, os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando a uma melhor alocação dos recursos públicos.

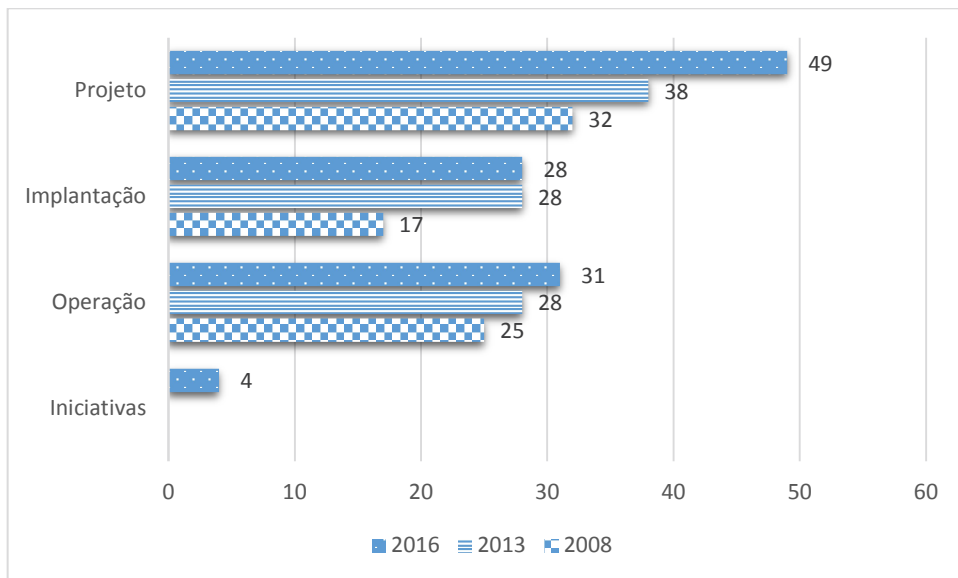
¹⁵ Os não reembolsáveis são os convênios, os termos de cooperação, os acordos de cooperação e as subvenções econômicas. Esses instrumentos possuem como característica comum a não devolução dos recursos financeiros aportados pela Finep e destinados à execução do projeto. Para essas modalidades, só haverá devolução dos recursos nos casos de descumprimento de alguma das cláusulas do instrumento contratual que importe na devolução de recursos. (Manual de Convênios e Termo de Cooperação – FINEP).

Figura 10: Evolução da quantidade de iniciativas de parques tecnológicos no Brasil.



Fonte: CDT/UnB (2014) MCTIC (2016) adaptado pelo autor.

Figura 11: Distribuição das iniciativas de parques por fase de desenvolvimento.



Fonte: CDT/UnB (2014) MCTIC (2016) adaptado pelo autor.

3.3 Métodos e Técnicas

O presente trabalho foi concebido por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória e baseia-se na análise de dados primários e secundários.

Para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental, decretos, relatórios de gestão, sítios governamentais e os dados referentes ao PNI por meio de documentos publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os instrumentos para a coleta de dados utilizados foram questionários. Com relação aos métodos utilizados, optou-se pela realização de entrevistas via *web conferência* com os responsáveis pelos parques selecionados para aplicação dos questionários e envio de formulário eletrônico às empresas residentes nos parques. Foi realizada uma entrevista com o coordenador do PNI na sala de reuniões do MCTIC.

Os parques tecnológicos foram selecionados para a pesquisa de forma intencional, são eles: o Porto Digital¹⁶, Parque Tecnológico na cidade de Recife/PE, por ser um parque de grande visibilidade¹⁷ no país e o Parque Científico Tecnológico – PCTec¹⁸, em Brasília/DF, por localizar-se próximo ao pesquisador.

Os questionários foram estruturados com questões de caráter qualitativo envolvendo perguntas de resposta simples.

Para examinar os dados coletados, segundo procedimentos qualitativos, sistemático e de descrição, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

As entrevistas foram realizadas com um representante do PNI presencialmente no MCTIC, um responsável de cada parque via *web conferência* e com as empresas. Vinte e três empresas responderam aos questionários.

Nogueira-Martins e Bógus (2004) destacam que a pesquisa qualitativa “pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes e/ou seus efeitos não são aparentes ou quando o número de sujeitos e/ou dados obtidos são insuficientes para análise estatística”.

¹⁶ <http://www.portodigital.org/home>

¹⁷ A apresentação detalhada dos parques está nas próximas seções.

¹⁸ <http://www.pctec.unb.br/>

3.4 Resultados e Discussão

Essa seção apresenta os resultados da pesquisa, em atenção aos objetivos propostos.

3.4.1 O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI

O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI conta com uma equipe de três servidores da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Esta pesquisa buscou compreender a visão dos gestores dessa Política Pública, bem como os critérios de seleção, as formas de financiamento e os objetivos almejados.

Na visão do entrevistado, é condição “*sine qua non*” que o parque esteja próximo a Universidades ou a Instituições e Centros de Pesquisa. Acredita que em todo o mundo seja assim.

Confirmou que o apoio financeiro do PNI aos Parques se dá em sua maior parte através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT via editais e chamadas públicas do MCTIC por intermédio da FINEP, do CNPq e das Emendas Parlamentares direcionadas ao programa de parques.

Acredita que os recursos são imprescindíveis para a implantação/desenvolvimento dos parques, citando que a experiência mundial mostra que até o parque se tornar operacional ocorreu o auxílio do poder público para que se alcançasse essa condição.

O PNI não tem critérios formalizados para escolha dos parques tecnológicos a serem apoiados financeiramente. O programa está fazendo um levantamento de indicadores para serem utilizados como critérios. Alguns dos indicadores possíveis de serem usados como critérios citados pelo entrevistado são: número de empresas instaladas, empregos gerados, faturamento, impostos, sistema de gestão consolidado, geração de conhecimento, patentes e internacionalização. Considera ainda vários critérios para fazer um *ranking* para que o recurso seja direcionado a aqueles que apresentarem maiores condições de gerarem negócios e dinheiro, e não para fazer pesquisa. Conclui que “o parque é um local de gerar negócios, gerar dinheiro. O parque tecnológico não é para fazer pesquisa. A pesquisa quem faz é a

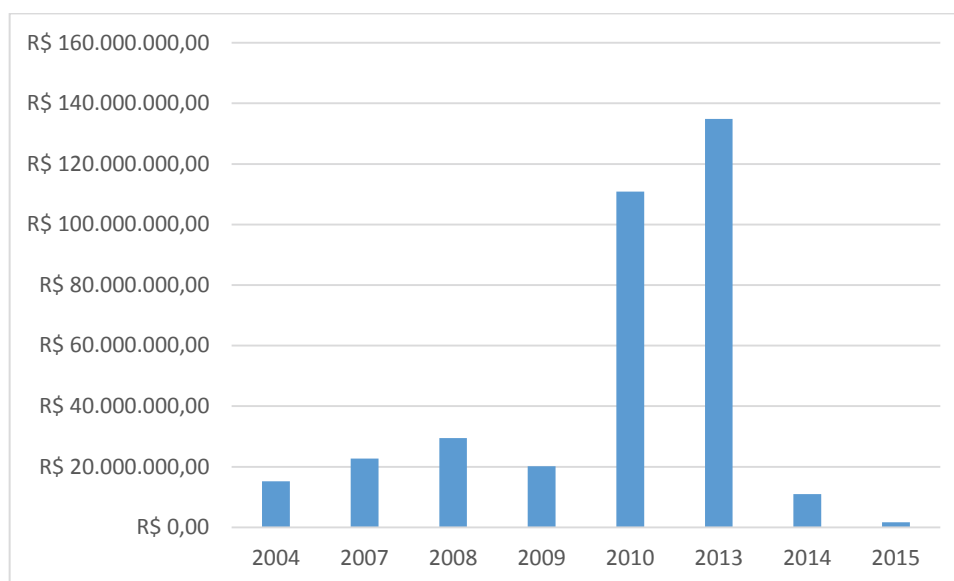
universidade em função de desenvolvimento de processos e serviços que geram dinheiro” .

Para o entrevistado, uma das maiores questões a ser resolvida pelo PNI é que os parques tecnológicos se tornem autossustentáveis. Completa dizendo que boa parte dos parques não consegue gerar recursos para sua própria manutenção e operação. Por isso, pondera que os parques têm de gerar renda própria, ocupando-se com empresas. Insiste que parque não se faz com prédios, e sim com conhecimento, e que conhecimento se produz com pessoas que geralmente estão nas empresas geradoras de riquezas.

Com isso, a política que o PNI pretende implementar futuramente é não fomentar a infraestrutura de parques, mas voltar seus recursos para situações que possam gerar negócios e fortalecer as empresas para que sejam geradoras de novos produtos e que internacionalizem seus negócios.

Em planilha eletrônica disponibilizada pelo entrevistado com levantamento realizado pelo programa e que demonstra o total concedido pelo PNI de R\$ 345.985.679,89 (trezentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos) por meio de convênios e editais FINEP, observa-se que, entre os anos de 2004 e 2015, o ano de 2013 foi o que mais contou com o apoio do PNI, tendo em 2015 a maior baixa.

Figura 12: Montante disponibilizado pelo PNI aos Parques, 2004-2015.



Fonte: MCTIC (2017).

3.4.2 O Porto Digital

O parque tecnológico Porto Digital foi criado no ano 2000 e surgiu com “o objetivo de ser uma política pública para o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação em Pernambuco”. Sua natureza jurídica é constituída como Núcleo de Gestão do Porto Digital – NGPD, associação civil de direito privado sem fins econômicos (PORTO DIGITAL, 2017).

O Porto Digital é um parque urbano/metropolitano instalado no centro histórico do bairro do Recife e no bairro de Santo Amaro, com área aproximada de 181 hectares de território, 80.000 m² de edificação e 24.000 m² em adendo de governança. Distinto por sua territorialidade entre parques tecnológicos, a região em que está localizado, antes degradada e de pouca importância para a economia local, encontra-se em renovação de forma rápida em termos urbanísticos, imobiliários e de recuperação do patrimônio histórico.

A equipe técnica permanente que coordena e executa os projetos do Porto Digital é composta por um doutor, nove mestres, doze pós-graduados *lato sensu* e vinte e dois graduados em áreas como gestão da inovação, gestão de tecnologias da informação, gerenciamento de projetos, comunicação estratégica, urbanismo e cultura pernambucana.

O Porto Digital conta com 300 empresas e instituições *embarcadas* em seu território – 246 com atuação direta, 22 incubadas e 32 associadas. A área de atuação das empresas, em sua grande maioria, concentra-se em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). São empresas que desenvolvem softwares, aplicativos móveis, sistemas de gestão, soluções customizadas, inteligência artificial, redes neurais e automação. As demais empresas atuam com Economia Criativa (produtos, serviços e artefatos criativos) nas áreas de design, moda, games, cine-vídeo-animação e fotografia. Entre os serviços associados, estão escritórios de advocacia e firmas de contabilidade, entre outros, que prestam serviço às demais empresas de base tecnológica *embarcadas*.

O custo anual operacional do parque é, em média, de R\$ 8.271.000,00 (oito milhões duzentos e setenta e um mil reais), utilizados basicamente em sua governança. A fonte dos recursos operacionais vem de suporte direto de órgãos governamentais, tais como subvenções, fundos de inovação, entre outros, cuja cifra

está em torno de 75,5 %; 21,5% são provenientes de taxas de administração e 3% têm sua origem na prestação de serviços. Considera-se, assim, autossustentável.

Apesar de considerar o parque autossustentável o responsável pelas respostas a entrevista vê a necessidade de receber recursos do governo para manter a estrutura do parque, principalmente recursos de custeio.

O parque recebeu recursos provenientes do PNI por meio de Emenda Parlamentar, convênios e financiamento não reembolsável (editais FINEP), e os valores foram, entre 2004 e 2016, maiores que 61 milhões de reais (BRASIL, 2017).

3.4.3 O Parque Científico Tecnológico – PCTec

O Parque Científico Tecnológico – PCTec foi implementado pela Universidade de Brasília por meio da resolução nº 14/2007 do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília – FUB e está sob gestão do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB). O PCTec tem como objetivo desenvolver e gerar conhecimento, produtos e serviços tecnológicos para atender ao mercado, em parceria com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando ao desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento das estruturas de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (PD&I) do Brasil. O PCTec possui o propósito de ser um mecanismo a mais na construção de novas relações institucionais entre universidade, empresa, governo e sociedade (CDT/UnB, 2017).

O PCTec é um parque urbano/metropolitano instalado no Campus Universitário Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. O parque está vinculado ao Gabinete da Reitoria da UnB e não possui natureza jurídica. Possui uma área de 400 m² no prédio do CDT/UnB.

A equipe técnica que coordena e executa os projetos do PCTec é composta por um doutor e três graduados.

O Parque Científico e Tecnológico – PCTec/UnB atua em diversas áreas de tecnologia. As áreas de atuação do PCTec foram selecionadas a partir de evidências e vocações verificadas em determinadas áreas do conhecimento da UnB. O parque conta com nove empresas hospedadas com atuação em Inteligência Urbana, Saneamento e Tratamento de Esgoto, Eficiência Energética, Tecnologia da Informação, Produção de Material Gráfico e Produção e Distribuição de Bebidas.

O custo anual operacional do parque é, em média, de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). A fonte de recursos para os custos operacional provém da remuneração obtida pelo espaço cedido às empresas hospedadas. Considera-se, assim, autossustentável.

O Parque recebeu recursos provenientes do PNI por meio da Chamada Pública MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa - PNI/Parques Tecnológicos 02/2013 (editais FINEP) no valor de R\$ 4.795.000,00 (quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais) (BRASIL, 2017). Entretanto, o recurso ainda não foi executado por problemas com licenciamento junto a órgãos ambientais.

3.4.4 As empresas pesquisadas

A área de atuação das empresas entrevistadas, em sua grande maioria, concentra-se em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ratificando a vocação dos parques que as hospedam.

O quadro a seguir sintetiza as informações apontadas pelos entrevistados em relação aos incentivos que levaram a empresa a se instalar no parque.

Quadro 12: Transcrição de algumas respostas relacionadas a incentivos as empresas.

Respostas
“Incubação”
“Fiscal, network, incubação, mentoria”
“Incentivos fiscais, participação no APL de tecnologia, marca forte do parque”
“Network, mentorias, estrutura, palestras, todo ecossistema.”
“Marca”
“Networking”
“Proximidade com a Universidade”
“Proximidade com a universidade e seus recursos humanos e infraestrutura adequada”
“O parque fornece uma maior proximidade com a Universidade, bom para se realizar projetos de pesquisa com os professores e conseguir bons estagiários, além de fornecer várias consultorias e cursos interessantes na área de gestão”
“Descontos em cursos, uso de equipamentos a preços subsidiados e a proximidade com o cluster”

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior parte das empresas pesquisadas não possuem laboratórios ou centros de pesquisa e inovação e contam que o parque tecnológico é um diferencial

para o desenvolvimento de suas atividades e que a estrutura do parque tem influência no crescimento e no desempenho da empresa. Observam, ainda, que a inovação gerada poderia ser desenvolvida se não estivessem no parque, mas que levaria mais tempo para isso ocorrer.

Quadro 13: Influência no crescimento e no desempenho da empresa.

Respostas das empresas
“Network dentro do ecossistema de tecnologia, participações em eventos”
“Ações para o crescimento da empresa, tais como cursos e certificações”
“A soma de todo ecossistema contribuindo para a evolução conjunta”
“Centro cultural da cidade”
“Ecossistema e proximidade com outras empresas, troca de ideias, críticas e sugestões”
“Ecossistema formado pelo parque e pela incubadora propiciam a realização de negócios”
“Fornecer um ambiente completo para o funcionamento da empresa, como tem proximidade a várias outras empresas e possibilita gerar diferenciais por cooperação”
“Baixo custo operacional”

Fonte: Elaborado pelo autor.

Questionadas quanto à inovação realizada pela empresa, as respostas foram satisfatórias. Observando-se, assim, a necessidade de uma melhor definição ou conhecimento do conceito de inovação por parte das empresas. As respostas foram em sua grande maioria um singelo “sim” e que, se não estivessem hospedadas no parque, essa inovação não aconteceria ou ocorreria de forma mais tardia. Apenas duas das empresas pesquisadas depositaram patentes no período em que se encontravam no parque e apenas uma concede algum tipo de subsídio, como bolsas de formação, entre outros.

3.4.5 Discussão

O Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI é uma política pública implementada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC com o objetivo de “fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas” ainda pouco estudada pelos pesquisadores. Em sua maioria, apenas o citam como um programa governamental que apoia financeiramente parques e incubadoras

(BAGATINI ET AL., 2017; SILVA ET AL., 2013; DA LUZ ET AL., 2012). Confirma-se aqui o exposto no estudo anterior que afirma que nenhum dos trabalhos pesquisados no período definido por aquele estudo trouxe a definição utilizada pelo PNI.

Após análise das informações obtidas nas entrevistas, percebeu-se uma corrente neo-schumpeteriana defendida pelo responsável do MCTIC que sustenta que os processos de inovação acontecem nas empresas. Essa ideia corrobora com o verificado na pesquisa que demonstra que a inovação é iniciativa exclusiva das empresas hospedadas nos parques estudados.

Verificou-se, conforme estudo anterior, a constante afirmação da necessidade da interação entre governo, universidades e empresas com o intuito de produção de novos conhecimentos, da inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico. Reforçado aqui na contextualização do modelo da trílice hélice na qual destaca que o governo deve ser o responsável em formular e implementar políticas de incentivo a inovação.

Como apresentado anteriormente, os parques apoiados financeiramente pelo PNI “receberam recursos não reembolsáveis para financiamento de obras de infraestrutura, projetos e de investimento em empresas residentes” (BRASIL, 2015). Destaca-se o fato de que a maior parte desses recursos são provenientes de emendas parlamentares para obras de infraestrutura e projetos. No caso particular do PCTec/UnB o recurso obtido em 2013, até a data da pesquisa, ainda não tinha sido utilizado, demonstrando uma aparente imprescindibilidade.

Bagatini et al. (2017) afirmam que o incentivo à inovação tecnológica é uma forma de promover o desenvolvimento do país e que os parques tecnológicos são instrumentos estratégicos para promover a interação e a cooperação para inovação.

A pesquisa identificou que a maior parte das empresas pesquisadas não possuem laboratórios ou centros de pesquisa e inovação e que o parque tecnológico é um diferencial para o desenvolvimento de suas atividades, seu crescimento e seu desempenho. Potter (1999) enumera as principais características para as empresas

instalarem-se, de forma crescente, em aglomerados industriais¹⁹: acesso a insumos e a mão de obra especializada; acesso a informações técnicas e de mercado; complementaridade; redução de custos; acesso a instituições e a bens públicos; incentivos e melhor desempenho.

3.5 Conclusão e Recomendações

Por meio dos documentos e dos dados analisados neste estudo, constatamos que o Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – PNI é uma política pública que visa ao desenvolvimento tecnológico e a inovação por meio de implementação de uma infraestrutura laboratorial e de serviços para as empresas.

O MCTIC utiliza como indicadores na área de ciência e tecnologia, conforme visto anteriormente, os recursos aplicados, os recursos humanos, as bolsas de formação, a produção científica, as patentes, a inovação, as comparações internacionais e os indicadores estaduais de C&T. Indicadores abrangentes e de difícil mensuração. Conforme indicado pelo responsável pelo programa, o PNI não tem critérios formalizados para escolha dos parques tecnológicos a serem apoiados financeiramente.

Levando em consideração os indicadores que o MCTIC utiliza para ciência e tecnologia (destaca-se: recursos humanos, bolsas de formação, produção científica, patentes e inovação), observa-se que o apoio financeiro dado pelo PNI influencia a geração de inovação nos parques de forma indireta, uma vez que a ajuda financeira colabora com a infraestrutura física ou na manutenção dos parques, pois a inovação é iniciativa exclusiva das empresas hospedadas. É possível admitir com isso que o apoio financeiro do programa alcançaria maiores e melhores resultados se fosse direcionado a pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Campanella, Della Peruta, e Del Giudice (2014), por exemplo, apontam que a alocação de recursos públicos não influencia a maioria dos indicadores de desempenho dos parques. Demonstram, ainda, que o desempenho dos parques é

¹⁹ Aglomerados industriais – termo utilizado para denominar determinados parques tecnológicos, conforme visto no capítulo anterior.

influenciado de forma particularmente positiva pelos recursos financeiros privados, o número de laboratórios experimentais disponíveis e o número de pesquisadores empregados.

Desta forma, propõe-se que os critérios de seleção para que os parques tecnológicos recebam recursos públicos não reembolsáveis sejam atrelados a resultados pré-definidos por Políticas Públicas de Estado e que indicadores para escolha e de desempenho sejam bem definidos. Sugere-se a criação de sistemas de avaliação para minimizar as incertezas de continuidade e os riscos no investimento aplicado.

Como visto na literatura, a interação entre governo, universidade e empresa oferece condições adequadas para a inovação, gerando um diferencial às empresas agregadas à redes de cooperação. Tendo o governo como o responsável em formular e implementar políticas de incentivo a inovação.

Os parques tecnológicos devem ser entendidos e utilizados pelo poder público como mecanismos de desenvolvimento e elementos fundamentais dos ecossistemas tecnológicos e de inovação. Os investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação trazem retorno inquestionável para o desenvolvimento do país, como bem apontam as novas metas contidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Governo e sociedade precisam entender a importância do desenvolvimento científico e tecnológico como propulsor do bem-estar de uma nação, do aumento da qualidade de vida da população e do crescimento econômico e do poder político.

As reflexões e as proposições apresentadas neste estudo não pretendem ser definitivas, nem permitem realizar generalizações mais amplas, pois o presente estudo restringiu-se a uma avaliação documental exploratória e a dois parques, com o intuito de trazer uma contribuição das Ciências Sociais às reflexões sobre a questão do apoio público financeiro a parques tecnológicos.

Como limitação deste estudo, destaca-se o número de parques e os parques pesquisados, a quantidade de entrevistados, a complexidade na coleta de dados e a dificuldade em estabelecer o conceito de inovação junto aos entrevistados.

Sugere-se para estudos futuros aumentar a quantidade de parques a serem pesquisados e abordagem de temas alheios a este trabalho.

3.6 Referências

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. Pesquisa **Parques Tecnológicos Brasileiros - Estudo, Análise e Proposições**, Brasília; ANPROTEC, 2007. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/menu/publicacoes-2/estudos-e-pesquisas>> Acesso em 22/06/2016.

_____. **Perguntas frequentes**. Brasília: ANPROTEC, 2012a. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/incubadoras-e-parques/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: março de 2017.

ARANTES, A. P.; SERPA, C. V. O modelo da tríplice hélice como fator de desenvolvimento de Santa Rita do Sapucaí. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. **ANPROTEC**, 2012.

BAGATINI et al. Parques tecnológicos: alavancagem econômica do entorno. **Revista Produção e Desenvolvimento**, n. 2015, 2017. p. 43–54.

BAKOUROS, Y. L.; MARDAS, D. C.; VARSAKELIS, N. C. Science park, a high tech fantasy?: an analysis of the science parks of Greece. **Technovation**, v. 22, n. 22, p. 123-128, fevereiro, 2002. ISSN 0166-4972.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/9DTkk4>> Acesso em: Junho 2016.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Portaria MCT nº 715**, de 11.11.2002. Disponível em: <<https://goo.gl/MVmFjk>> Acesso em: janeiro 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Portaria MCT nº 139**, de 10.03.2009. Disponível em: <<https://goo.gl/NNsyqm>> Acesso em: janeiro 2017.

_____. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade**: indicadores de parques tecnológicos / Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2014.

_____. **Parques & Incubadoras para o Desenvolvimento do Brasil** : Propostas de Políticas Públicas para Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, 2015. p. 84. (978-85-87079-05-3).

_____. **Parques & Incubadoras para o Desenvolvimento do Brasil**: Estudos de Impactos do PNI : Programa Nacional de Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas / Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI ; Brasília : MCTI, 2015.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/kVLD8H>>. Acesso em: junho 2016.

_____. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 janeiro de 2016.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Disponível em: <<https://goo.gl/T5LmvJ>>. Acesso em: janeiro 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Disponível em: <<https://goo.gl/EVaHSV>>. Acesso em: janeiro 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Disponível em: <<https://goo.gl/CnSfFf>>. Acesso em: janeiro 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Disponível em: <<https://goo.gl/cnznzD>>. Acesso em: janeiro 2017.

_____. **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Brasília: MCTIC, 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Portaria MCT nº 585**, de 09.09.2005. Disponível em: <<https://goo.gl/x3tSHb>> Acesso em: janeiro 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. **Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2016 – 2019**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ty9vZQ>>. Acesso em: 5 de maio 2017.

_____. Ministério Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. **Portaria MCT nº 139**, de 10.03.2009. Disponível em: <<https://goo.gl/BRhviX>>. Acesso em: janeiro 2018.

_____. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 19 de janeiro 2018.

CAMPANELLA, F.; DELLA PERUTA, M.R; DEL GIUDICE, M. Creating conditions for innovative performance of science parks in Europe. **Journal of Intellectual Capital**, 2014. 15(4), 576-596.

CDT/UnB – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. **Portfólio do Parque Científico e Tecnológico PCTec-UnB** – Desenvolvendo e gerando conhecimento. Disponível em: <<https://goo.gl/DgiBK5>>. Acessado em 12 de dezembro 2017.

COOPER, AC. Spin-offs and technical entrepreneurship. **IEEE Transactions on Engineering Management**, 1971.

DA LUZ, A. et al. Análise de empresa incubada como habitat de empreendedorismo, inovação e competitividade. **Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 7, n. 4, 2012. p. 43.

DOSI, G., PAVITT, K., SOETE, L. **The economics of technical change and international trade**. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: universidade, indústria e governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FERNANDES, S. C. R. **Avaliação de Parques Tecnológicos: uma proposta de modelo para parques de 3ª geração**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2014.

FIGLIOLI, A.; PORTO, G. S. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 290-306, abr/maio/jun, 2012. ISSN 0080-2107.

FREEMAN, C. The national innovation systems in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 1, 1995. p. 5-24.

_____. **Economics of industrial innovation**. Cambridge, MIT, 1987.

GOWER, S.; HARRIS, F. **Evaluating British science parks as property investment opportunities**. Journal of Property Valuation & Investment Bradford, 1996. Vol. 14, Iss. 2, p. 24.

HIGGINS, M. **Innovate or evaporate – Test & improve your organizations I.Q. Its Innovation Quotient**. New York: New Management Publishing Company, 1995.

IASP – Internacional Association of Science Parks. Definitions. Disponível em: <<http://www.iasp.ws/knowledge-bites>> . Acesso em 8/6/2016.

JUNQUEIRA, L. A. P.; AMORIM, M. C.; SILVA, M. F. INOVAÇÃO: PERSPECTIVA SCHUMPETERIANA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS. **GESTÃO CONTEMPORÂNEA**, p. 133–145, 2015.

KANNEBLEY JR, Sergio; SILVEIRA PORTO, Geciane. **Incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil: uma avaliação das políticas recentes**. Inter-American Development Bank, 2012.

KELLEY, T. **The ten faces of Innovation: IDEO'S Strategies for beating the devil's advocate of driving creativity throughout your organization**, NY: Doubleday, 2005.

LEYDESDORFF, Loet, and Henry ETZKOWITZ. Emergence of a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. **Science and Public Policym**, n. 23, p. 279-86, 1996.

LUNDVALL, B. National innovation systems: analytical concept and development tool. In: **DRUID TENTH ANNIVERSARY SUMMER CONFERENCE** – Dynamics of Industry and Innovation: Organizations, Networks and Systems. Copenhagen. Denmark, June 27-29, 2005.

MONCK C.S.P.; PORTER R.B.; QUINTAS P.R.; STOREY D.J.; WYNARCZYK; P. **Science Parks and The Growth of High Technology Firms**. London. Croom Helm, 1988.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F.; BOGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 44-57, Dec. 2004.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta a interpretação de dados sobre a inovação. 3ª ed, 2005.

_____. **Technology Incubators: nurturing small firms**. Relatório do Workshop da OCDE em Incubadoras de Base Tecnológica, OCDE, Paris, 1997.

ONU. **Agenda 2030**. Disponível em: <<https://goo.gl/DFTALA>> Acesso em: Janeiro de 2017.

PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO DIGITAL. Site Institucional. Disponível em: <<http://www.portodigital.org>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

PRAHALAD. C. K., RAMASWAMY, V. **Co-creation experiences: The next practice in value creation**. Journal of Interactive Marketing, Volume 18, Issue 3, p. 5-14, Summer 2004.

PUFFAL, Daniel Pedro. **Os determinantes da interação universidade-empresa e o desenvolvimento tecnológico das empresas**. 2011. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Curso de Doutorado em Administração. UNISINOS, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

RIEG, D. L., ALVES FILHO, A. G. **Esforço tecnológico e desempenho inovador das empresas do setor médico-hospitalar localizadas em São Carlos, SP**. Revista Gestão & Produção, 2003, v.10, n.3, p. 293-310.

RUFFONI, J. P.; ZAWISLAK, P. A. Estudo Comparativo sobre o Desenvolvimento Econômico e Política de Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 55-73, abr, 2011.

SÁBATO, J.A. & BOTANA, N. La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de America Latina. In: SÁBATO, J.A. (comp.). **El pimsamiento latinoamericano en la problemática cienciatecnologia-desarrollo**. Buenos Aires: Paidos, 1975.

SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Oxford. Oxford University Press, 1978.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juros e o Ciclo Econômico**. Editora Nova Cultural, São Paulo. 1997.

SILVA, R. L. S., D'AMORE, T. M., ARAÚJO, A. G., SILVEIRA, M. L. S. S., Incubadora e Gestão: Uma Percepção das Empresas Incubadas. **HOLOS**. 2013.

STEINER J. E.; CASSIM M. B.; ROBAZZI, A. C.. Parques tecnológicos: Ambientes de inovação. 2008. p. 41. Disponível em <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: janeiro de 2017.

VELHO, L.; SAENZ, T. **R&D in the public and private sectors in Brazil: complements or substitutes?** UNU/INTECH Discussion Papers Series, 2002-8, july 2002.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação teve como objetivos principais evidenciar a contribuição de parques tecnológicos no desenvolvimento regional e no incentivo à inovação e verificar a relação do incentivo financeiro do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI aos parques com a geração de inovação. Para tal, foi dividida em dois estudos. O primeiro buscou identificar na literatura a relação entre parques tecnológicos e inovação e desenvolvimento. O segundo investigou, por meio de uma pesquisa empírica, a relação do incentivo financeiro público com a geração de inovação nos parques tecnológicos apoiados pelo PNI.

O PNI define parques tecnológicos como complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico com o intuito de gerar cooperação nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas (MCTIC, 2018). Alguns podem argumentar que discutir definições é um exercício de semântica, no entanto, observa-se que uma compreensão mais completa das diferentes variantes de parques é importante para considerar o planejamento físico e as políticas públicas de incentivo, pois, a partir daí, suas atividades podem ter um impacto regional significativo e propiciar um ambiente de riqueza da ciência e da tecnologia, implementando políticas e estratégias de desenvolvimento.

Portanto, sugere-se que o PNI defina as prioridades e as necessidades utilizando diretrizes alcançáveis e, a partir disso, implemente Políticas Públicas de Estado exequíveis, baseando-se em um conjunto de indicadores de desempenho dos parques apoiados e direcionando de forma mais conscientes os recursos públicos administrados pelo programa. Esse tipo de discussão leva a melhores decisões e políticas públicas destinadas a fomentar a inovação.

Os investimentos em Ciência e Tecnologia realizados pelo governo ou pelo setor privado contribuem com uma grande importância em um sistema de inovação.

É inquestionável que os parques tecnológicos são excelentes instrumentos para a promoção da pesquisa e o desenvolvimento regional e que devem ser apoiados pelos governos municipal, estadual e federal, bem como pela iniciativa privada. Por outro lado, Mazzucato e Penna (2016) afirmam que “até o momento, as políticas *science-push* (como a criação de parques tecnológicos) têm gerado pouco

impacto sobre a estrutura de produção, ou sobre a propensão de inovar das empresas”.

A ação do governo deve buscar melhorar a oportunidade de custo do capital para os investidores privados e prover segurança na criação e na instalação de parques tecnológicos, de modo a favorecer o aumento de suas dimensões e o emprego de um maior número de pesquisadores.

4.1 Limitações do Estudo

Ressalta-se que as reflexões e as proposições apresentadas neste estudo não pretendem ser definitivas, nem permitem realizar generalizações mais amplas, pois restringiu-se a uma avaliação documental exploratória e a dois parques. Objetivou-se verificar a contribuição das Ciências Sociais para as reflexões sobre a questão do apoio público financeiro a parques tecnológicos.

Como limitação deste estudo, destaca-se quantidade de parques e os parques pesquisados, o número restrito de publicações correlacionadas com tema parques tecnológicos, inovação e desenvolvimento, o número de entrevistados, a dificuldade na coleta de dados e a adversidade em estabelecer o conceito de inovação junto aos entrevistados.

4.2 Agendas Futuras

Para futuros estudos, recomenda-se o acompanhamento contínuo dos indicadores de ciência e tecnologia junto ao parques tecnológicos apoiados financeiramente pelo PNI.

Finalmente, parece apropriado sugerir algumas linhas de pesquisa que resultam dos limites desse trabalho. Em particular, deve salientar-se que é necessário ampliar o escopo de pesquisa e a amostra investigada para abraçar parques científicos apoiados e não apoiados financeiramente pelo PNI, de modo a proporcionar uma validação adicional dos resultados empíricos desta pesquisa.

REFERÊNCIAS GERAIS

ASCHAUER, D. A. Is public expenditure productive?. **Journal of monetary economics**, v. 23, 1989. p. 177-200.

CRONIN, P., RYAN, F., & COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, 2008. 17(1), 38-43.

FRANK, A. G. ; YUKIHARA, E. **Formatos alternativos de teses e dissertações** (Blog Ciência Prática). 2013; Tema: Ciência prática (Blog - <http://cienciapratica.wordpress.com/>). (Blog).

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal**. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

SAXENIAN, A. **Bangalore: The silicon valley of Asia?** Working paper No. 91. Center for Research on Economic Development and Policy Reform, Stanford University, 2001.

SILVA, G. J. C.; FORTUNATO, W. L. L. Infraestrutura e crescimento: uma avaliação do caso brasileiro no período 1985-1998. In: **ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA**, 12. Fortaleza: Fórum BNB de Desenvolvimento, jul., 2007.

SOARES, L. C. e CURY, M. V. Q. O Trem de Alta Velocidade e o Corredor Rio de Janeiro - São Paulo. **Anais do XVIII Congresso de Pesquisa e Ensino de Transportes**, ANPET, Florianópolis, 2004.

URRIAGO, Á. R. V.; BARGE-GIL, A.; RICO, A. M. Science and Technology Parks and Cooperation for Innovation: Empirical evidence from Spain. **MPRA Paper**, n. 28953, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Senhora Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo,

Esta pesquisa será realizada pelo pesquisador Ricardo Santos de Aguiar, aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, com a orientação e supervisão do Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi.

Informamos que, pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos ou custos. Ressalta-se que qualquer outra informação sobre o assunto poderá ser fornecida a qualquer momento pelo pesquisador ou pelo professor orientador.

A pesquisa intitulada “O PROGRAMA NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS COMO INDUTOR DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO” tem como objetivo analisar o PNI como indutor de inovação e desenvolvimento. O estudo será realizado por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisa documental, grupo focal e entrevistas. Sendo que sua participação consiste em autorizar a realização da pesquisa na Instituição.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para fevereiro de 2018, a dissertação contendo todos os dados e as conclusões, no formato eletrônico, será disponibilizada para consulta na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, e uma via encaminhada a essa Comissão.

Agradecemos sua autorização, ao mesmo tempo em que reforçamos a importância desta pesquisa e de sua participação para a construção do conhecimento sobre o assunto.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2017.

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Professor orientador
Nº Mat. UnB 1014285

Ricardo Santos de Aguiar
Aluno pesquisador
Nº Mat. UnB 160098301

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento Institucional, eu, Luciane Meneguim Ortega Vidal, ocupante do cargo de Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo, autorizo a aplicação desta pesquisa nesta instituição.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2017.

Luciane Meneguim Ortega Vidal
Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo

APÊNDICE A: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Senhora Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo,

Esta pesquisa será realizada pelo pesquisador Ricardo Santos de Aguiar, aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, com a orientação e supervisão do Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi.

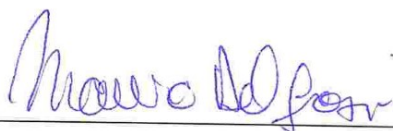
Informamos que, pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos ou custos. Ressalta-se que qualquer outra informação sobre o assunto poderá ser fornecida a qualquer momento pelo pesquisador ou pelo professor orientador.

A pesquisa intitulada “O PROGRAMA NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS COMO INDUTOR DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”, tem como objetivo analisar o PNI como indutor de inovação e desenvolvimento. O estudo será realizado por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisa documental, grupo focal e entrevistas. Sendo que sua participação consiste em autorizar a realização da pesquisa na Instituição.

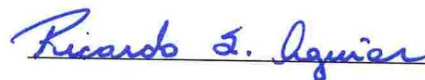
Após a conclusão da pesquisa, prevista para fevereiro de 2018, a dissertação contendo todos os dados e conclusões, no formato eletrônico, será disponibilizada para consulta na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, e uma via encaminhada a essa Comissão.

Agradecemos sua autorização, ao mesmo tempo em que reforçamos a importância desta pesquisa e de sua participação para a construção do conhecimento sobre o assunto.

Brasília – DF, 19 de outubro de 2017



Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Professor orientador
Nº Mat. UnB 1014285



Ricardo Santos de Aguiar
Aluno pesquisador
Nº Mat. UnB 160098301

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento Institucional, eu, Luciane Meneguim Ortega Vidal, ocupante do cargo de Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo, autorizo a aplicação desta pesquisa nesta instituição.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2017.



Luciane Meneguim Ortega Vidal

Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo

Luciane Meneguim Ortega
Coordenadora-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

APÊNDICE B: Carta de apresentação**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Brasília – DF, xx de xxxxxxxx de 2017.

Ao

.....

O Senhor Ricardo Santos de Aguiar, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB), desenvolve sua dissertação de Mestrado na área de concentração Estado, Território e Políticas Públicas, cujo projeto de pesquisa intitula-se “O Programa Nacional de Parques Tecnológicos como Indutor de Inovação e Desenvolvimento” cujo objetivo é analisar o PNI como indutor de inovação e desenvolvimento.

Solicita-se a concordância de Vossa Senhoria no sentido de conceder ao pesquisador autorização para realizar pesquisa documental e entrevistas nesta Instituição. Ressalta-se que as informações obtidas serão utilizadas somente para fins acadêmicos, conforme critérios éticos de pesquisa.

Caso Vossa Senhoria considere necessário ou apropriado, o nome e qualquer outra forma de identificação da instituição pode ser omitido da estrutura final da dissertação, lembrando que os participantes em nenhuma hipótese serão identificados.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Orientador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

APÊNDICE C: ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Roteiro de entrevistas aplicado junto aos responsáveis pelos empreendimentos PqTc.



UnB/Universidade de Brasília
FUP/Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública - PPGP

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (PPGP/UnB)

Pesquisa sobre o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI

Roteiro de Pesquisa Semiestruturado

Mestrando: Ricardo Santos de Aguiar

Orientador: Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Essas informações serão utilizadas somente para o fim de pesquisa acadêmica. Agradeço a sua colaboração e a precisão das respostas fornecidas, essencial para uma análise fiel à realidade do objeto em estudo. Muito Obrigado!

– Identificação

Nome do Parque:

Endereço:

Nome do(s) dirigente(s) e cargo(s):

Identificação do responsável pelas respostas ao questionário

Nome:

Formação/escolaridade:

Atuação profissional no PqTc (organização e cargo que ocupa):

Há quanto tempo está vinculado ao PqTc (ano/meses):

Telefones (comercial/celular):

Correio eletrônico:

Questionário

- Qual a natureza jurídica da entidade gestora?
- A região do Parque é definida de modo físico ou espacial?
- Qual a área total do Parque? (m²)
- Qual a área total construída do Parque? (m²)
- O Parque está localizado em região?
 - () metropolitana () próximo ou na zona de influência da região.
- Qual a escolaridade da equipe que administra o PqTc? Favor, preencher a quantidade em cada nível.
 - () Doutorado () Mestrado () Graduação () Médio () Intermediário () Fundamental
- Qual o número de empresas instaladas no parque?
- Quais o perfil das empresas hospedadas?
- Em sua opinião, é necessário que o Parque esteja próximo à Universidade ou a Instituições de Pesquisa?
 - () Sim () Não () Indiferente
- Quais os setores de atividade econômica na região em que está localizado o Parque?
 - () Agropecuária () comércio () serviços () indústria especifique. _____ () extração mineral () outros. Especifique _____
- Qual é o custo operacional anual do Parque?
- O Parque recebeu recursos provenientes do PNI?
 - () Sim () Não
- Qual a forma do apoio recebido proveniente do PNI?
 - () Emenda Parlamentar () Financiamento Reembolsável () Financiamento Não Reembolsável () Subvenção econômica
- Esses recursos foram imprescindíveis para a implantação/desenvolvimento do Parque?
 - () Sim () Não () Indiferente
- Quais as fontes de recurso e a distribuição em % média dos custos operacional do Parque?
 - () suporte da universidade, instituição de C&T ou empresas responsável pelo parque;
 - () contrato de gestão com órgãos governamentais ou agências de desenvolvimento;

() suporte direto de órgãos governamentais, tais como subvenções, fundos de inovação, etc.

() contribuição das entidades residentes;

() prestação de serviços pela entidade gestora;

() remuneração pelo espaço cedido às entidades residentes;

() outro formato (especificar): _____

– O Parque é autossustentável?

() Sim () Não

Se não, existe perspectiva para tal e quais as estratégias?

– Como está a geração de Inovação no PqTc?

– O que funciona bem no parque que está gerando inovação?

– O que precisa mudar/melhorar para o Parque gerar inovação?

– As empresas hospedadas no parque criaram novos produtos/processos?

Quantos? Exemplos.

– O parque concede algum tipo de subsídio, como bolsas de formação? Se sim, quais e quantas por ano.

– Qual a produção científica produzida pelo parque? Quantidade por ano.

– Quantas patentes foram registrada pelo parque? Quantidades por ano.

– Em quais pontos o PNI precisa melhorar?

Roteiro de entrevistas aplicado junto aos responsáveis pelo PNI.



UnB/Universidade de Brasília
FUP/Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública - PPGP

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (PPGP/UnB)

Pesquisa sobre o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI

Roteiro de Pesquisa Semiestruturado

Mestrando: Ricardo Santos de Aguiar

Orientador: Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Essas informações serão utilizadas somente para o fim de pesquisa acadêmica. Agradeço a sua colaboração e a precisão das respostas fornecidas, essencial para uma análise fiel à realidade do objeto em estudo. Muito Obrigado!

– Identificação

Nome:

Endereço institucional:

Nome do(s) dirigente(s) e cargo(s):

Identificação do responsável pelas respostas ao questionário

Nome:

Formação/escolaridade:

Atuação profissional no PNI (organização e cargo que ocupa):

Há quanto tempo está vinculado ao PNI (ano/meses):

Telefones (comercial/celular):

Correio eletrônico:

Questionário

– Qual a escolaridade da equipe que administra o PNI? Favor, preencher a quantidade em cada nível.

Doutorado Mestrado Graduação Médio Intermediário Fundamental

– Em sua opinião, é necessário que o Parque esteja próximo à Universidade ou a Instituições de Pesquisa?

Sim Não Indiferente

– Qual é o custo operacional anual do PNI?

– Qual a forma do apoio ofertadas pelo PNI?

Emenda Parlamentar Financiamento Reembolsável Financiamento Não Reembolsável Subvenção econômica

– Esses recursos são imprescindíveis para a implantação/desenvolvimento dos Parque?

Sim Não Indiferente

–Qual estágio do PqTc tem prioridade para recebimento de apoio do PNI?

Projeto Implantação Operação Indiferente

– Quais os principais critérios de seleção que o PNI utiliza para escolha dos PqTc a serem apoiados?

– Quais as fontes de recurso e a distribuição em % média dos custos operacional do PNI?

– Qual a Política desenvolvida pelo PNI para que os PqTc se tornem autossustentável?

Se não existe, qual a perspectiva para tal e quais as estratégias?

– Cite alguns exemplos de inovação que surgiram dentro dos PqTc apoiados pelo PNI.

– Essas “inovações” aconteceriam se essas empresas não estivessem hospedadas no parque?

– Cite alguns exemplos de programas similares ao PNI em outros países.

Roteiro de entrevistas aplicado junto às empresas hospedadas no PqTc.



**UnB/Universidade de Brasília
FUP/Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós Graduação em Gestão Pública - PPGP**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (PPGP/UnB)

Pesquisa sobre o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques – PNI

Roteiro de Pesquisa Semiestruturado

Mestrando: Ricardo Santos de Aguiar

Orientador: Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Essas informações serão utilizadas somente para o fim de pesquisa acadêmica. Agradeço a sua colaboração e a precisão das respostas fornecidas, essencial para uma análise fiel à realidade do objeto em estudo. Muito Obrigado!

– Identificação

Nome do Parque:

Nome da Empresa:

Ramo de atividade:

Nome do(s) dirigente(s) e cargo(s):

Identificação do responsável pelas respostas ao questionário

Nome:

Formação/escolaridade:

Atuação profissional na empresa (organização e cargo que ocupa):

Há quanto tempo está vinculado ao PqTc (ano/meses de instalação no Pq):

Telefones (comercial/celular):

Correio eletrônico:

Questionário

- O que levou a empresa a se instalar no parque?
- Quais os incentivos levaram a empresa a se instalar no parque?
- Quais são as atividades da empresa no parque?
- Quantos funcionários trabalham na empresa?
- A empresa possui laboratórios ou centros de pesquisa e inovações no parque?
- Existe outra unidade da empresa fora do parque?
- Existe previsão de saída do parque?
- O parque tecnológico é um diferencial para o desenvolvimento das atividades da empresa?
- A estrutura do parque tem influência no crescimento e desempenho da empresa? Como?
- A empresa tem alguma ligação com universidade ou centros de pesquisa? Quais?
- A empresa tem alguma ligação com outras empresas instaladas no parque? Quais?
- A empresa tem alguma ligação com outras empresas instaladas na região? Quais?
- Estas ligações geraram algum tipo de inovação?
- Se a empresa não estivesse instalada no parque essas inovações seriam realizadas?
- A empresa registrou algum patente? Quantos e em que ano?

ANEXO A: PORTARIA MCT Nº 139, DE 10.03.2009

Portaria MCT nº 139, de 10.03.2009

Institui o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos - PNI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos - PNI, que tem o objetivo de fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, que contribuam para estimular e acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas caracterizadas pelo elevado conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como por intensa atividade de inovação tecnológica e pela utilização de modernos métodos de gestão.

Parágrafo único. O programa será coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC, deste Ministério.

Art. 2º O planejamento, a execução e a avaliação das atividades relacionadas a este programa serão supervisionados por um Comitê Consultivo, que será constituído por representantes das seguintes instituições:

- I - Ministério da Ciência e Tecnologia, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que o presidirá;
- II - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
- III - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;
- IV - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- V - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- VI - Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C,T&I - CONSECTI;
- VII - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- VIII - Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- IX - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC.

Parágrafo único. Cada membro do Comitê Consultivo indicará um suplente.

Art. 3º As principais atribuições do Comitê Consultivo serão as contribuições para:

- I - definir metas periódicas a serem alcançadas;
- II - definir o cronograma das ações do Programa;

III - aprimorar continuamente as diretrizes e as estratégias de implementação do PNI;

IV - buscar novas alianças nacionais e internacionais;

V - sugerir critérios e indicadores de Avaliação e Acompanhamento do PNI;

VI - promover a interação do PNI com programas afins.

Art. 4º Para efeito desta Portaria os Parques Tecnológicos e as Incubadoras de Empresas serão caracterizados conforme descrito nos itens I e II abaixo:

I - Parques Tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual e municipal, comunidade local e setor privado;

II - Incubadoras de Empresas são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a implantação de novas empresas que tenham como principal estratégia de negócio a inovação tecnológica.

Parágrafo único. A existência de um espaço determinado contendo um aglomerado de empresas não caracteriza um parque tecnológico.

Art. 5º O apoio do MCT e suas agências abrangerá:

I) elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE, que deve contemplar os elementos conceitual, mercadológico, financeiro, ambiental, jurídico, de infraestrutura e de C,T&I com o objetivo de dar sustentação ao planejamento do Parque Tecnológico ou da Incubadora de Empresas;

II) aperfeiçoamento e melhoria da gestão e governança dos serviços e da infraestrutura dos parques tecnológicos e das incubadoras de empresas;

III) financiamento de projetos em C,T&I no Parque, tais como centros de pesquisa, laboratórios e projetos de P&D.

Parágrafo único. No apoio às entidades gestoras dos parques poderão ser utilizadas parcerias com instituições estaduais ou locais, por meio de encomendas ou emendas parlamentares, atendendo às diretrizes do Programa nos termos do apoio oferecido pelo MCT a esses empreendimentos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria MCT nº 585, de 09 de setembro de 2005.

SERGIO MACHADO REZENDE

Publicada no D.O.U. de 11/03/2009, Seção I, Pág. 6

Fonte: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/300177.html>

ANEXO B: Parques apoiados financeiramente pelo PNI – relação de 2004 a 2015.

Nome do Parque	Fase	Instituição Gestora	S O M A
Parque Científico e Tecnológico da UnB - PCTec	Implantação	Universidade de Brasília - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico/ UnB	4.795.000,00
Parque Tecnológico Samambaia - PCT Samambaia	Implantação	Universidade Federal de Goiás - UFG	4.999.825,00
Parque Tecnológico de Eletro-Eletrônica de Pernambuco (ParqTel)	Implantação	Em preparação para se transformar em OS do estado	3.800.805,00
Parque de Ciência e Tecnologia Guamá - PCT Guamá	Implantação	Universidade Federal do Pará - UFPA / Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SEDECT	5.100.000,00
Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória	Implantação	Companhia de Desenvolvimento de Vitória -CDV	751.847,76
Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora	Implantação	Parque Tecnológico de Juiz de Fora	4.257.593,01
Parque Tecnológico de Ribeirão Preto - PTRP	Implantação	Fipase - Fundação Instituto Polo Avançado De Saúde/Supera	500.000,00
Parque Tecnológico de Pato Branco	Implantação	Pato Branco Tecnópole	7.002.443,20
Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari - TECNOVATES	Implantação	Centro Universitário Univates	3.475.480,29
Parque Científico e Tecnológico da UPF	Implantação	Fundação Universidade de Passo Fundo	3.475.480,29
Zenit - Parque Científico e Tecnológico da UFRGS	Implantação	UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3.532.560,04
Parque Científico e Tecnológico do Mar - OCEANTEC	Implantação	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	3.532.560,04
Parque Científico e Tecnológico Regional - UNISC	Implantação	Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	3.475.480,29
Parque Tecnológico da Bahia	Operação	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI)	47.559.020,00

Parque Tecnológico de Bodocongó - PaqTcPB	Operação	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	4.133.571,20
PORTO DIGITAL	Operação	Núcleo de Gestão do Porto Digital	28.977.198,80
Sergipe Parque Tecnológico - SergipeTec	Operação	Sergipe Parque Tecnológico	39.695.428,00
Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-Tec	Operação	Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-Tec	7.889.445,34
Parque Tecnológico Da UFRJ	Operação	Fundação Coppetec	16.321.131,91
Polo BIO-RIO	Operação	Fundação Bio-Rio	7.300.000,00
Parque Tecnológico de São Carlos Science Park	Operação	Fundação Parque de Alta Tecnologia São Carlos- Parqtec	3.440.000,00
Parque Tecnológico de São José dos Campos	Operação	Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo	18.585.512,47
Parque Tecnológico UNIVAP	Operação	FVE - Fundação Vale-paraibana de Ensino/ Univers. do Vale do Paraíba	14.985.512,47
Parque de Software de Curitiba - APS	Operação	APS - Associação do Parque de Software	5.150.000,00
Programa Curitiba Tecnoparque PCPR TECNO PARK	Operação	Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A	8.753.054,00
Parque Tecnológico de Londrina Francisco Sciarra	Operação	CODEL - Instituto de Desenvolvimento de Londrina	1.750.610,80
FEEVALE TECHPAR	Operação	Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR/FEEVALE	13.333.602,46
Parque Científico e Tecnológico da PUC/RS - TECNOPUC	Operação	PUC/RS- Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul	18.322.403,97
Parque Tecnológico do Polo de Informática em São Leopoldo - TECNOSINOS	Operação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	17.158.122,17
Sapiens Parque S/A	Operação	Sapiens Parque S.A.	28.403.469,86
Parque Tecnológico de Uberaba - PTU	Operação	prefeitura Municipal	2.695.000,00
Techno Park Campinas	Projeto	ASSOCITECH - Associação dos Proprietários do Techno Park Campinas	4.301.944,97
Parque Tecnológico de	Projeto	ITM - Instituto Tecnópole de	2.908.816,26

Maringá -TECNOPARQ		Maringá	
Polo Tecnológico do Noroeste Gaúcho	Projeto	UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	500.000,00
Parque Tecnológico de Pelotas - TECNOSUL	Projeto	Prefeitura Municipal de Pelotas	3.475.480,29
Parque Tecnológico de Natal	Projeto	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	524.280,00
Parque Tecnológico de Fortaleza	Projeto	Secretaria de C&T	600.000,00
Parque Tecnológico de Tocantins	Projeto	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	523.000,00
Total			345.985.679,89

ANEXO C: Espelho de Emenda de Apropriação de Despesa



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0046 / 2009 - LOA

Data: 10/12/2009
Hora: 14:53
Página: 117 de 662

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
7118 - Bancada de Pernambuco		71180013
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA	
Bancada Estadual	Apropriação - Inclusão	
ÁREA DE GOVERNO		
Ciência e Tecnologia		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA	
890 Atípica / Outras	500 Atípico (não previsto na garantia)	
LOCALIDADE BENEFICIADA		
2600000 - Pernambuco		
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
Orçamento Fiscal	M. da Ciência e Tecnologia	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO		
19.572.1388.8470		
Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos		
Porto Digital - No Estado de Pernambuco		
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE	
Projeto apoiado(unidade)	1	

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	50 Transf. a Inst. Privadas	2	50.000.000
TOTAL			50.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
001454	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
001457	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	0	2	10.000.000
001524	100	4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	0	2	20.000.000
TOTAL						50.000.000

TIPO DA SUBVENÇÃO

Privado

BENEFICIÁRIOS

CNPJ NOME
04203075000120 Núcleo de Gestão do Porto digital
ENDEREÇO
Rua do Apolo, 181 Bairro do Recife - PE CEP 50030-220

RESPONSÁVEIS

CPF NOME
25000900430 Francisco Saboya Albuquerque Neto
CPF NOME
28357329420 Mamed Leonardo Neves Guimarães
CPF NOME
40864170734 Aurelio Molina da Costa

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar o fortalecimento e consolidação do Parque Tecnológico de Tecnologia da Informação em Pernambuco, o Porto Digital, com repercussão no desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco.
O Porto Digital é hoje amplamente conhecido e reconhecido como polo de excelência em tecnologia de Pernambuco, sendo apontado por especialistas e pelas entidades do setor como um exemplo na implantação de parques tecnológicos, APLs e para estratégias de desenvolvimento econômico e social.
No entanto, a trajetória de sucesso do Porto Digital pode ser interrompida se não houver investimento contínuo e sustentado no seu desenvolvimento. Devido ao seu investimento em ações estratégicas para promover o fortalecimento e consolidação do Porto Digital.
Serão apoiadas ações de apoio à qualificação do capital humano, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco, promoção institucional do Porto Digital, e requalificação de ativos imobiliários.

Esta emenda visa dar apoio ao Núcleo de Gestão do Porto Digital a desenvolver projetos de consolidação e fortalecimento do Parque Tecnológico de Tecnologia da Informação em Pernambuco - Porto Digital - e contribuir para a melhoria de competitividade dos setores produtivos no estado de Pernambuco.

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório Geral - Proposta Orçamentária da União para 2010 - Emendas Coletivas e de Relator Aprovadas

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e Investimento das Entidades em R\$ 1,00

LOCALIDADE	EMENDA	AUTOR	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO/SUBTÍTULO	E F T D	M N A P	R. A. P.	APROVADO Rel. Setorial	ADEQUAÇÃO Rel. Geral (Inclui adições setoriais)	VALOR FINAL		
UF: PE													
Pernambuco	5012005	Cam. Const. Cidades	Justiça e de	02.122.0569.3755.0050	Implantação de Varas Federais / Na Região Metropolitana de Recife - PE	1	100	4	90	2	100.000	0	100.000
									100.000	0	100.000		
Pernambuco	7118001	Bancada de Pernambuco	Secretaria Especial de Portos	26.784.1459.7065.0024	Melhoramento de Infra-Estrutura Portuária no Porto de SIAAPE (PE) / No Estado de Pernambuco	1	100	4	30	3	0	19.950.000	19.950.000
									10.000.000	-10.000.000	0	0	0
									18.950.000	9.950.000	19.950.000		
Pernambuco	7118002	Bancada de Pernambuco	M. da I.M. da Integração Nacional	18.544.0515.7M10.0020	Construção de Adutoras do Sijij no Estado de Pernambuco / No Estado de Pernambuco	1	100	4	30	2	3.000.000	-5.000.000	0
									0	19.950.000	19.950.000		
									5.000.000	14.950.000	19.950.000		
Pernambuco	7118004	Bancada de Pernambuco	M. da C.M. da Ciência e Tecnologia	19.573.0471.8961.0070	Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia / Implantação do Parque Científico e Cultural do Iguá - No Estado de Pernambuco	1	100	4	30	2	4.500.000	0	4.500.000
									4.500.000	14.918.826	19.418.826		
Pernambuco	7118000	Bancada de Pernambuco	M. do T.M. do Turismo	23.128.1166.4590.0100	Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo / Região Metropolitana do Recife - No Estado de Pernambuco	1	100	3	30	2	4.000.000	14.705.142	18.705.142
									4.000.000	14.705.142	18.705.142		
Pernambuco	7118001	Bancada de Pernambuco	M. da C.M. da Ciência e Tecnologia	19.572.0471.8978.0234	Apoio à Pesquisa, Inovação e Estrutura Tecnológica para o Desenvolvimento Social / Na RIDE do Polo Juazeiro/Petrolina	1	100	4	90	2	4.500.000	0	4.500.000
									4.500.000	14.918.826	19.418.826		
Pernambuco	7118001	Bancada de Pernambuco	M. da C.M. da Ciência e Tecnologia	19.572.1388.8470.0070	Fomento à Incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos / Núcleo de Ouedo do Porto Digital - No Estado de Pernambuco	1	100	3	30	2	4.500.000	14.918.826	19.418.826
									4.500.000	14.918.826	19.418.826		
Pernambuco	7118004	Bancada de Pernambuco	M. da C.M. da Ciência e Tecnologia	19.128.1008.6492.0006	Fomento à Elaboração e Implantação de Projeto de Inclusão Digital / Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Curso - Nucleo - Núcleo Empre., CBT e Artes LT - No Estado de Pernambuco	1	100	3	30	2	900.000	2.983.766	3.883.766
									3.600.000	11.935.060	15.535.060		
									4.500.000	14.918.826	19.418.826		
Pernambuco	7118007	Bancada de Pernambuco	M. das I.M. das Cidades	15.453.9909.1085.0142	Apoio à Projeto de Corredores Entremuros de Transporte Coletivo Urbano / Adequação de Vias Urbanas de Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Recife - Estado de Pernambuco	1	100	4	30	2	9.500.000	0	9.500.000
									9.500.000	3.000.000	8.000.000		
Pernambuco	7118008	Bancada de Pernambuco	M. da I.M. da Integração Nacional	06.182.1027.8348.0124	Apoio à Criação e Implantação de Programa Viver o Morro - Região Metropolitana do Recife - No Estado de Pernambuco	1	100	4	30	2	5.000.000	0	5.000.000
									5.000.000	3.000.000	8.000.000		
Pernambuco	8100104	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.128.1067.4572.0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	130.000	130.000
									0	130.000	130.000		
Pernambuco	8100105	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.364.1073.4004.0026	Serviços à Comunidade por meio de Extensão Universitária / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	192.000	192.000
									0	192.000	192.000		
Pernambuco	8100106	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.364.1073.4008.0026	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino / No Estado de Pernambuco	1	112	4	90	2	0	100.000	100.000
									0	100.000	100.000		
Pernambuco	8100107	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.364.1073.8282.0026	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	383.601	383.601
									0	383.601	383.601		
Pernambuco	8100108	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.364.1375.4006.0026	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	100.000	100.000
									0	100.000	100.000		
Pernambuco	8100109	Relator Geral	FUP - V FUP - Vale São Francisco	12.128.1448.6333.0026	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	41.904	41.904
									0	12.560	12.560		
									0	54.864	54.864		
Pernambuco	8100143	Relator Geral	UFFPE - UFFPE	12.362.1061.2991.0026	Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal / No Estado de Pernambuco	1	112	3	90	2	0	73.922	73.922
									0	1.183	1.183		
									0	75.105	75.105		

ANEXO D: Chamada Pública MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa - PNI/Parques Tecnológicos 02/2013



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa - PNI/Parques Tecnológicos 02/2013

SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO A PARQUES TECNOLÓGICOS
NÓ ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO ÀS INCUBADORAS DE
EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS – PNI

No âmbito do **Plano Inova Empresa** e do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos do Governo Federal, visando elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, por meio da ampliação do patamar de investimentos e de maior apoio para projetos de risco tecnológico, com o fortalecimento das relações entre empresas, ICTs e setor público, em habitats de inovação que favoreçam o surgimento de empresas de base tecnológica, o MCTI e a FINEP tomam público o presente processo de seleção de propostas abrangendo parques tecnológicos em estágio de implantação e em operação.

1. OBJETIVO

Esta chamada tem como objetivo elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, por meio da seleção de propostas para apoio aos habitats de inovação, com financiamento não reembolsável, reembolsável e fundo de investimentos, que compreendam Parques Tecnológicos existentes no País e que encontram-se *em estágio de implantação* e *em operação*, bem como empresas sediadas em parques tecnológicos e incubadoras.

2. INSTRUMENTOS DE APOIO

As propostas poderão ser apresentadas com base nos seguintes Instrumentos:

1. **Instrumento I** – Financiamento não reembolsável, voltado a Parques Tecnológicos em Operação ou em Processo de Implantação.
2. **Instrumento II** – Crédito Reembolsável, voltado a Parques Tecnológicos em Operação ou em Implantação e empresas sediadas em parques tecnológicos, visando a ampliação e a consolidação dos projetos de parques e aumento da produtividade e competitividade das empresas.
3. **Instrumento III** – Fundo Inova Empresa MPE, fundo de investimentos voltado às micro e pequenas empresas inovadoras, notadamente aquelas apoiadas por incubadoras de empresas e/ou parques tecnológicos.

As ações não reembolsáveis serão selecionadas através dos procedimentos estabelecidos nesta chamada.

Para a solicitação de recursos reembolsáveis será utilizado o procedimento atual de submissão de projetos adotado pelo Programa INOVA Brasil.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Ressalta-se que a eventual aprovação de projetos que envolvam recursos não reembolsáveis não garante a concessão de recursos reembolsáveis.

Nos termos deste edital considera-se:

- **Parques em Operação** – contemplam empreendimentos que possuem base de C&T e base empresarial, tenham equipe gestora em plena atividade e infraestrutura operacional que permita seu funcionamento.
- **Parques em Processo de Implantação** – faz parte de um programa formal de desenvolvimento econômico regional, possuindo pelo menos um plano de implantação definido, que estejam com o projeto conceitual, com estrutura gestora definida e que tenham iniciado as obras de infraestrutura, de construção de sede e outros edifícios do parque.

3. INSTRUMENTO I - FINANCIAMENTO NÃO REEMBOLSÁVEL

O financiamento não reembolsável está orientado para duas linhas de apoio:

- **Linha A - Parques em Operação:** representados por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos, responsável pela execução gerencial e financeira do projeto.
- **Linha B - Parques em Implantação:** representados por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos, responsável pela execução gerencial e financeira do projeto.

3.1. QUEM PODE PARTICIPAR

Instituição Proponente/Conveniente: Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos responsável pela execução gerencial e financeira do projeto.

Instituição Executora: Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada sem fins lucrativos que será responsável pela coordenação e execução técnica do projeto.

Instituição Interveniente: Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

Instituição Interveniente Cofinanciadora: Instituição ou empresa (brasileira), individualmente ou em conjunto, interessada nos resultados do projeto e que dele participa com aporte de recursos financeiros ou não financeiros.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



As instituições federais devem ser integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

As instituições privadas sem fins lucrativos somente poderão participar da presente Chamada Pública se tiverem no mínimo 3 (três) anos completos de existência em observância ao disposto no art. 55, inciso VII da Lei 12.708/12 - LDO 2013.

3.2. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

Serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), originários do FNDCT/Fundos Setoriais.

Dos recursos financeiros a serem concedidos, 30% (trinta por cento) deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Caso o valor total das propostas selecionadas para aprovação, oriundas dessas regiões, seja inferior a este percentual, os recursos não aplicados serão automaticamente transferidos às propostas com melhor classificação de outras regiões.

A liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT/Fundos Setoriais.

3.3. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

As propostas apresentadas devem configurar projetos de apoio à aceleração de empreendimentos de Parques Tecnológicos que se encontram em fase de implantação ou que necessitem de expansão de novos empreendimentos inovadores. Deverão ser encaminhadas via Formulário de Apresentação de Propostas (FAP's) disponibilizado no sítio da FINEP.

3.3.1. Características Técnicas das Propostas

Tecnicamente as propostas devem apresentar, conforme seu enquadramento, previamente os seguintes requisitos:

3.3.1.1 - Linha A – Parques em Operação

- a) Histórico do Parque (cronologia de atuação, principais projetos desenvolvidos, parcerias anteriores com a FINEP, evolução do parque e perspectivas futuras);
- b) Infraestrutura física disponível e descrição dos serviços prestados às empresas;
- c) Equipe gestora e dedicação ao Parque, incluindo Curriculum Vitae resumido de cada gestor;
- d) Conjunto de empresas instaladas (incluindo nome da empresa, produtos e serviços, número de empregados, faturamento e data de entrada no parque);
- e) Projeto básico de ampliação do parque tecnológico;
- f) Estudo de viabilidade técnica e econômica;
- g) Licenças ambientais;
- h) Solvência financeira do Parque Tecnológico (Demonstração do Resultado do Exercício);
- i) Demonstração da vinculação existente com centros de excelência do desenvolvimento de processos e produtos para empresas, parcerias existentes;



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3.3.1.2 - Linha B – Parques em Implantação

- a) Projeto básico do parque tecnológico;
- b) Estudo de viabilidade técnica e econômica;
- c) Equipe gestora e dedicação ao Parque, incluindo Curriculum Vitae resumido de cada gestor;
- d) Plano de Negócios ou Planejamento Estratégico do Parque;
- e) Licenças ambientais;
- f) Demonstração do Resultado do Exercício anterior;
- g) Demonstração da vinculação existente com centros de excelência do desenvolvimento de processos e produtos para empresas.

As propostas apresentadas devem se enquadrar em apenas uma das linhas definidas anteriormente.

3.3.2 – Características Financeiras das Propostas

O valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões) será dividido entre as Linhas A e B da seguinte forma :

3.3.2.1 - Linha A – Parques em Operação – até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões)

- **Valor dos Projetos:** valor mínimo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) e máximo de R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões).
- **Contrapartida:** O proponente / executor e os intervenientes devem apresentar uma contrapartida / outros aportes de no mínimo 20% do valor do recurso solicitado à FINEP.

3.3.2.2 – Linha B – Parques em Implantação - até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões)

- **Valor dos Projetos:** valor mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) e máximo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões).
- **Contrapartida:** O proponente / executor e os intervenientes devem apresentar uma contrapartida / outros aportes de no mínimo 20% do valor do recurso solicitado à FINEP.

Espera-se atender para a linha A e B, até 10 empreendimentos de parques tecnológicos em operação e até 10 empreendimentos de parques tecnológicos em implantação respectivamente. Caso haja sobra de recursos em uma linha, estes poderão ser realocados para a outra.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3.4. APORTES DE RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES INTERVENIENTES

As Instituições e/ou Empresas participantes poderão aportar ao projeto recursos financeiros e/ou não financeiros, desde que economicamente mensuráveis.

As informações para a mensuração dos aportes não financeiros deverão constar da proposta.

O aporte das empresas deve obedecer aos percentuais definidos, que incidem sobre o valor total solicitado ao FNDCT/Fundos Setoriais, apresentados no ANEXO 1.

3.5. CONTRAPARTIDA

3.5.1. Instituições Municipais, Estaduais e Distrito Federal

De acordo com o disposto no artigo 57, §1º da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, será exigida a apresentação de contrapartida financeira, nos convênios que vierem a ser firmados com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, indicados no ANEXO 2.

Destaca-se que as instituições integrantes de conta única poderão apresentar como contrapartida financeira, valores referentes a gastos com recursos humanos (horas de trabalho / vencimentos e vantagens fixas / obrigações patronais). A proposta deverá detalhar as bases de mensuração desta contrapartida.

3.5.2. Instituições Isentas de Contrapartida

Não é exigida contrapartida de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta e das Instituições privadas sem fins lucrativos.

3.5.3. Contrapartida Não Financeira

As instituições integrantes das propostas poderão relacionar como contrapartida não financeira, insumos necessários ao desenvolvimento de protótipos, horas de máquinas, material de consumo, hospedagem e transporte dos envolvidos no projeto. A proposta deverá detalhar as bases de mensuração desta contrapartida.

3.6. PRAZOS

FASE	DATAS	QUEM
Lançamento da Chamada Pública	09/07/2013	FINEP
Disponibilização do Formulário de Apresentação de Propostas (FAP)	29/07/2013	FINEP
Data final para envio eletrônico da proposta	Até 17/08/2013	Parque Tecnológico



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Data final para o envio da cópia impressa	Até 20/08/2013	Parque Tecnológico
Divulgação dos Candidatos para Apresentação Oral	A partir de 09/09/2013	FINEP
Apresentação Oral	30/09/2013	FINEP
Divulgação dos Resultados da Avaliação de Mérito	A partir de 21/10/2013	FINEP

3.6.1. Prazo de Validade da Chamada Pública

Essa Chamada Pública tem validade de 24 (vinte e quatro) meses.

3.6.2. Prazo de Execução do Projeto

O prazo de execução do projeto deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses.

3.7. DESPESAS APOIÁVEIS

Despesas Correntes e de Capital, descritas no ANEXO 3.

3.8. PROCEDIMENTOS

Esta Chamada Pública apresenta os seguintes procedimentos, descritos no ANEXO 4:

1. Apresentação das Propostas
2. Processo de Seleção
 - 2.1. Comitê de Enquadramento
 - 2.2. Comitê de Avaliação de Mérito
 - 2.3. Análise Técnica – Jurídica
 - 2.4. Deliberação
- ~~3. Contratação~~
4. Acompanhamento e Avaliação

3.9. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.9.1. Base Legal:

Termo de Referência assinado em 24/06/2013, protocolo FINEP nº 01062/13; Instrução Normativa nº 01/2010, do Conselho Diretor do FNDCT, publicada no DOU em 28/06/2010; Lei de Inovação – Lei 10.973/2004, de 02/12/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11/10/2005.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3.9.2. Interposição de Recursos:

Com base na Lei nº 9784/99, a instituição candidata poderá apresentar recursos às decisões da FINEP, através de correspondência formal, dirigida ao Presidente da FINEP, até 10 dias corridos após a divulgação do resultado.

3.9.3. Revogação ou Anulação da Chamada Pública:

A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

A FINEP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

4. INSTRUMENTO II - FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL

Este instrumento está orientado para duas linhas de apoio:

- **Linha A - Parques em Operação:** representados por entidade privada sem fins lucrativos e empresas brasileiras com vínculo com o parque tecnológico, responsáveis pela execução gerencial e financeira do projeto.
- **Linha B - Parques em Implantação:** representados por entidade privada sem fins lucrativos e empresas brasileiras com vínculo com o parque tecnológico, responsáveis pela execução gerencial e financeira do projeto.

4.1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS PROPOSTAS

Tecnicamente as propostas devem apresentar, conforme seu enquadramento, previamente os seguintes requisitos:

4.1.1 Requisitos:

Além das informações solicitadas pelo Programa INOVA Brasil, as propostas também deverão conter os seguintes requisitos:

- a) Projeto básico do parque tecnológico;
- b) Estudo de viabilidade técnica e econômica;
- c) Equipe gestora e dedicação ao Parque, incluindo Curriculum Vitae resumido de cada gestor;
- d) Plano de Negócios ou Planejamento Estratégico do Parque;
- e) Licenças ambientais;
- f) Demonstração do Resultado do Exercício anterior;
- g) Demonstração da vinculação existente com centros de excelência do desenvolvimento de processos e produtos para empresas.

4.2. RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



Serão disponibilizados recursos reembolsáveis no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões) para consolidação e ampliação dos projetos de parques tecnológicos, bem como para o aumento da produtividade e competitividade de empresas sediadas em parques.

4.3. CARACTERÍSTICAS FINANCEIRAS DAS PROPOSTAS

O valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões) será disponibilizado segundo as regras e condições financeiras do Programa INOVA Brasil.

5. INSTRUMENTO III - FUNDO INOVA EMPRESA MPE

Seguindo a diretriz estratégica traçada pela FINEP, de promover a integração de instrumentos, será disponibilizado neste programa a criação do **Fundo Inova Empresa MPE** (ANEXO 5), fundo de investimento com recursos de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), que visa aportar capital inteligente em micro-empresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas, notadamente aquelas apoiadas por incubadoras de empresas e/ou parques tecnológicos, ou ainda aquelas graduadas há até 2 (dois) anos, através de participação no capital e apoio gerencial. O Fundo deverá ter como base legal as Instruções CVM nº391 ou 209. Parte dos ganhos obtidos com este fundo será distribuída para as Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos, remunerando as atividades de gestão destas instituições junto às empresas.

A concessão de recursos estará sujeita a avaliação das regras vigentes deste fundo de investimento.

6. CONCEITOS

Para fins desta Chamada são apresentados os conceitos no ANEXO 6.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado final será divulgado na página da FINEP (www.finep.gov.br), informado através de carta aos proponentes e publicado no Diário Oficial da União.

Esclarecimentos acerca do conteúdo dessa Chamada Pública poderão ser obtidos através do Serviço de Atendimento ao Cliente FINEP – SEAC – por e-mail - seac@finep.gov.br, ou telefone: (21) 2555-0555.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2013.

GLAUCO ANTONIO TRUZZI ARBIX
Presidente

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ANEXO 1

APORTES DE RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES INTERVENIENTES

Instituições e/ou Empresas participantes poderão aportar ao projeto recursos financeiros e/ou não financeiros, desde que economicamente mensuráveis.

As informações para a mensuração dos aportes não financeiros deverão constar da proposta.

O aporte das empresas deve obedecer aos percentuais abaixo definidos, que incidem sobre o valor total solicitado ao FNDCT/Fundos Setoriais.

PORTE EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL	APORTE MÍNIMO
Micro e pequeno porte	Até R\$ 3.600.000,00	5%
Pequena	De R\$ 3.600.000,01 a R\$ 16.000.000,00	10%
Média	De R\$16.000.000,01 a R\$ 90.000.000,00	50%
Média-grande e Grande	Maior de R\$ 90.000.000,00	100%

No caso de grupo ou consórcio de empresas será considerado o faturamento da empresa de maior porte.

Para definição do porte econômico da empresa, deve ser considerado o faturamento global do grupo econômico ao qual pertence.

A FINEP poderá financiar o aporte de recursos da empresa, desde que os recursos solicitados sejam destinados exclusivamente ao projeto. Para esse fim, poderão ser utilizados os mecanismos de financiamento reembolsável da FINEP, previstos no âmbito dos Programas INOVACRED e Inova Brasil.



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



ANEXO 2

CONTRAPARTIDA

De acordo com o disposto no artigo 57, §1º da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, será exigida a apresentação de contrapartida, financeira, nos convênios que vierem a ser firmados com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, indicados abaixo.

Entende-se por contrapartida não-financeira, insumos necessários ao desenvolvimento dos protótipos, horas de máquinas, material de consumo, hospedagem e transporte dos envolvidos no projeto. A proposta deverá detalhar as bases de mensuração desta contrapartida.

1. Instituições Estaduais, Municipais e Distrito Federal

Municípios:

- Municípios com até 50.000 habitantes..... **2-4%**
- Municípios acima de 50.000 habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na região Centro-Oeste-SUDECO..... **4-8%**
- Demais Municípios..... **8-20%**

Estados e Distrito Federal:

- Estados e Distrito Federal localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e na região Centro-Oeste-SUDECO..... **5-10%**
- Demais Estados..... **10-20%**
- No caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios..... **2-4%**

2. Instituições Isentas de Contrapartida

Não é exigida contrapartida no caso de órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta ou indireta e de Instituições privadas sem fins lucrativos.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ANEXO 3

DESPESAS APOIÁVEIS

Poderão ser apoiadas, em observância à legislação em vigor à época da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

a) Despesas Correntes: pagamento de pessoal, material de consumo, diárias, passagens e serviços de terceiros (pessoa física e jurídica).

b) Despesas de Capital: obras e instalações, quando justificadas de maneira clara e que não seja objeto único do pleito; material permanente e equipamentos; obras de adaptações na estrutura predial (instalações elétricas, hidráulicas, de comunicação).

c) Despesas Operacionais e Administrativas: O projeto poderá solicitar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na Lei nº 10.973/04, denominada "Lei da Inovação", até o limite de 5% do valor dos recursos federais solicitados.

Observação: Não poderão ser financiadas despesas com taxas de administração, bolsas de pesquisa, impostos e taxas, tarifas bancárias, despesas com pavimentação de ruas, redes pluviais e de esgoto, iluminação de ruas, consultorias para estudos de viabilidade e estudos de potencialidades regionais, gastos com projetos de desenvolvimento básico do Parque Tecnológico, entre outras despesas de pré-investimento.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ANEXO 4

PROCEDIMENTOS

1. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta deverá ser enviada à FINEP através da Internet, até a data limite estabelecida no item 7, por meio do Formulário de Apresentação de Propostas - FAP-específico para essa Chamada Pública, disponível no sítio da FINEP (www.finep.gov.br).

O preenchimento deverá ser realizado de acordo com as instruções contidas no Manual que acompanha o Formulário.

O horário para envio da versão eletrônica na data limite para apresentação das propostas é até às 18h (horário de Brasília).

Adicionalmente, é obrigatório o envio à FINEP de 1 (uma) cópia impressa da proposta, assinada pelos representantes legais das instituições envolvidas e pelo coordenador do projeto, para comprovação dos compromissos estabelecidos.

As propostas deverão ser impressas em papel A4 e apresentadas sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento. Solicita-se que a proposta seja impressa após o envio eletrônico, juntamente com a capa. É vedada qualquer alteração na proposta, posterior ao envio eletrônico dos dados.

As cópias impressas poderão ser anexados outros documentos e informações consideradas relevantes para a análise do projeto, até um limite total de 50 (cinquenta) folhas. Os documentos eventualmente solicitados nessa Chamada não serão contabilizados neste limite.

A documentação poderá ser entregue diretamente no PROTOCOLO da FINEP/RJ, no endereço abaixo indicado, ou remetida pelo correio, mediante registro postal ou equivalente, com comprovante da postagem até a data limite para envio da cópia impressa estabelecida no item 7 dessa Chamada Pública, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

**Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal – PNI/Parques Tecnológicos
02/2013**

(sigla conveniente)/(sigla executor)/ (sigla projeto)

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

Praia do Flamengo, 200 / 3º andar - PROTOCOLO

22.210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela FINEP.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



2. PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Comitê de Enquadramento

Os projetos serão inicialmente avaliados se atendem às exigências formais da presente Chamada Pública por um Comitê de Enquadramento.

2.2. Comitê de Avaliação de Mérito

Os projetos que atenderem às exigências formais da presente Chamada Pública serão submetidos a um Comitê de Avaliação que analisará o mérito das propostas de acordo com os critérios abaixo.

CRITÉRIOS	NOTAS	PESOS
Contribuição para o desenvolvimento regional e vizinhança imediata do parque	1 a 5	5
Competência tecnológica e em inovação	1 a 5	5
Natureza das empresas âncoras e demais empresas instaladas	1 a 5	5
Capacidade de atração de investidores	1 a 5	4
Adequação do orçamento	1 a 5	4
Estágio atual de desenvolvimento do parque tecnológico	1 a 5	3
Qualidade das parcerias institucionais	1 a 5	3
Qualidade da infraestrutura	1 a 5	3

Serão recomendadas as propostas que obtiverem média ponderada igual ou superior a 3,0 (três) pontos.

As propostas recomendadas no mérito serão ordenadas de forma decrescente até o limite dos recursos disponíveis e, a seguir, submetidas a uma análise técnica.

2.3. Análise Técnica e Jurídica

As propostas classificadas na forma do item 2.1 serão submetidas a uma análise quanto a aspectos técnicos, tais como a adequação do cronograma físico (metas, atividades, indicadores de progresso, prazos), orçamento e cronograma.

Durante a análise técnica do projeto, poderá ser comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão no Plano de Trabalho, que deverá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



No tocante à análise jurídica serão verificadas a elegibilidade das instituições partícipes, a documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente. Caso algum dos aspectos analisados não atenda às disposições da Chamada ou à legislação vigente, a proposta será eliminada.

Durante a análise jurídica, caso necessário, serão solicitados documentos institucionais, que deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

2.4. Deliberação

As propostas recomendadas na forma do item 2.2 serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do Governo Federal, outras propostas aprovadas no mérito poderão ser contempladas.

3. CONTRATAÇÃO

As condições para a contratação de cada projeto serão definidas na Decisão da Diretoria Executiva da FINEP.

A minuta de convênio assinada pelos representantes legais das Instituições participantes, exceto a Concedente, deverá ser entregue à FINEP no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta.

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será feito pela FINEP ou por entidade designada, através de visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos de avaliação, a critério da FINEP.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ANEXO 5

INSTRUMENTO III – FUNDO INOVA EMPRESA MPE

ORIENTAÇÕES PARA APOIO AO FUNDO DE INVESTIMENTO

1. OBJETO

A Financiadora de Estudos e Projetos (“**FINEP**”), empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, regida pelo Decreto nº 1.808, de 07 de fevereiro de 1996, com sede e foro em Brasília - Distrito Federal, e serviços na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo nº200 convida Gestores a apresentarem Proposta de Gestão para um Fundo de Investimento em Participação (“**FUNDO**”) integrante do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos - PNI.

2. ELEGIBILIDADE DOS PROPONENTES

Sociedades empresárias que possuam autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários (**PROPONENTE**).

3. CARACTERÍSTICAS DE REFERÊNCIA DO FUNDO

Os parâmetros abaixo servem como referência para a elaboração da Proposta de Gestão do **FUNDO**. A estratégia final será construída em parceria entre a Gestora selecionada e a **FINEP**, de modo que os parâmetros abaixo poderão ser modificados posteriormente.

3.1. Objetivo

Selecionar um Fundo de Investimento com a finalidade de aportar capital inteligente em micro, empresas de pequeno porte e pequenas empresas inovadoras vinculadas a incubadoras e/ou parques tecnológicos, ou ainda aquelas graduadas há até dois anos, através de participação no capital e apoio gerencial. O Fundo deverá ter como base legal as Instruções CVM nº 391/03 ou 209/94 e alterações posteriores.

3.2. Prazo de duração do FUNDO



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



O Fundo terá duração de oito anos, sendo que os quatro primeiros anos referem-se ao Período de Investimentos. O período de duração do Fundo poderá ser prorrogado por mais dois anos, a critério da Assembleia Geral de Cotistas.

3.3. Patrimônio do FUNDO

A participação da FINEP poderá alcançar até R\$ 50 milhões, considerado o patrimônio mínimo do FUNDO. Outros investidores poderão ser captados pelos Gestores e/ou Administradores proponentes.

A entrada de um novo investidor como cotista do Fundo estará sujeita a anuência da FINEP.

3.4. Política de Investimentos

No mínimo 60% do capital a ser investido em empresas inovadoras com faturamento de até R\$ 3,6 milhões/ano, no ano anterior ao investimento. No máximo 40% do capital a ser investido em empresas inovadoras com faturamento de até R\$ 16 milhões/ano.

O Fundo é voltado para realizar investimentos em empresas inovadoras que atuem prioritariamente nos setores apoiados pelo Programa Inova Empresa;

É vedado o investimento em empresas ou projetos que guardem relação direta com atividades bélicas, de caráter especulativo, fumo e jogos de azar.

3.5. Região Alvo

O FUNDO poderá investir em todo o território nacional.

3.6. Participação Acionária

No máximo 25% do patrimônio comprometido do FUNDO poderá ser investido em uma mesma empresa.

O FUNDO terá, preferencialmente, participação minoritária no capital social das empresas. A FINEP não poderá, isoladamente, deter, direta ou indiretamente, participação majoritária nas empresas investidas.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



3.7. Taxa de Administração

A taxa de administração apresentada na proposta deve ser suficiente para cobrir a estrutura de custos com a gestão do FUNDO ao longo do seu prazo de duração.

Para fins de elaboração das propostas, para os primeiros quatro anos do prazo de duração do FUNDO, a taxa de administração deve ser calculada com base no Capital Comprometido do FUNDO. Após os primeiros quatro anos do prazo de duração do FUNDO, a taxa de administração deve ser calculada com base no capital efetivamente investido nas empresas, subtraindo as baixas contábeis e os desinvestimentos realizados.

3.8. Taxa de Performance

A Gestora receberá uma Taxa de Performance¹ que deve ser composta de um percentual dos ganhos distribuídos pelo FUNDO que excederem o capital integralizado, atualizado por IPCA e acrescido de uma base de correção (Custo de Oportunidade). As propostas devem informar a Taxa de Performance e o Custo de Oportunidade.

Somente haverá cobrança de Taxa de Performance quando a Gestora retornar aos investidores um montante superior ao valor investido no FUNDO corrigido pelo Custo de Oportunidade. O pagamento de performance à Gestora está condicionado também à integralização de todo o patrimônio comprometido do FUNDO ou ao término do período de investimentos, o que ocorrer primeiro.

A FINEP poderá a seu critério, abrir mão de até **30% da performance** a que fizer jus em **benefício das incubadoras e/ou parques tecnológicos** em que estejam situadas as empresas investidas. As métricas operacionais para avaliação da atuação das incubadoras e/ou parques tecnológicos na aceleração das empresas investidas serão definidas pela FINEP.

3.9. Comitê de Investimento

A FINEP deverá participar na condição de membro votante do Comitê de Investimento. Caso a FINEP tenha uma participação acima de 70% no Patrimônio Comprometido do Fundo, esta terá o direito de veto de qualquer operação do Fundo. Para fins de aprovação dos investimentos e desinvestimentos a serem realizados pelo Fundo, o quórum necessário será de maioria simples dos investidores.

¹ Taxa de Performance (ou *Carry* em inglês) é o percentual que indica o montante que a Gestora fará jus após retornar o valor investido no FUNDO corrigido pelo Custo de Oportunidade.



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



3.10. Gestora

A Gestora terá, no mínimo, as seguintes responsabilidades e atribuições:

- a. Identificar, analisar, negociar, estruturar e documentar todas as alternativas de investimento e desinvestimento propostas ao Comitê de Investimento;
- b. Participar do aconselhamento, direcionamento, apoio e monitoramento das companhias investidas em suas estratégias e oportunidades de criação de valor;
- c. Implementar a governança do FUNDO e ser responsável pelo relacionamento com os investidores;
- d. Liderar os processos junto ao Comitê de Investimento do FUNDO;
- e. Propor operações de investimento e desinvestimento do FUNDO junto ao Comitê de Investimento;
- f. Destacar profissionais seniores e equipe, com tempo de dedicação adequado, durante as fases de investimento e desinvestimento (em percentual a ser proposto pela Gestora).

A Gestora não poderá estar gerindo outro fundo (no período de investimento) com política que conflite com a deste Edital.

4. PROCESSO DE SELEÇÃO

As Propostas recebidas das **PROPONENTES** serão avaliadas em duas fases, de acordo com os seguintes critérios eliminatórios e classificatórios:

4.1. Critérios Eliminatórios

As **PROPOSTAS** deverão contemplar como conteúdo mínimo os itens abaixo listados, sem os quais a **PROPOSTA** será eliminada do processo de seleção:

- a. Nome do FUNDO;
- b. Razão social da Gestora;
- c. Razão social da sociedade administradora, caso já esteja definida;
- d. Nome do responsável pela gestão do FUNDO (pessoa física);



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



- e. Nome do responsável pelo FUNDO junto à CVM (pessoa física);
- f. Contato da Gestora, contendo nome, endereço para correspondência, telefone e endereço de correio eletrônico;
- g. Cópia do Comprovante de Credenciamento da **PROPONENTE** junto à CVM para prestar serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários;
- h. Cópia do Comprovante de Credenciamento do responsável pelo FUNDO (pessoa física) junto à CVM;
- i. Descrição da experiência da Gestora na gestão de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”) ou Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes (“FMIEEs”);
- j. Descrição da experiência do responsável pela gestão do FUNDO na gestão de FIPs ou FMIEEs.

4.1.1. Dos Recursos à Fase Eliminatória

O candidato poderá apresentar recurso quanto ao resultado da primeira fase do processo de seleção através de e-mail ou correspondência formal, dirigida ao mesmo endereço utilizado para o envio das propostas, no prazo determinado no Cronograma, descrito no item 6 deste Anexo.

A Banca de Avaliação fará a análise final da proposta com base no recurso apresentado e informará ao candidato o resultado final da primeira fase por via eletrônica, para o endereço informado pelo candidato, no prazo definido pelo Cronograma, descrito no item 6 deste Anexo.

4.2. Informações Detalhadas (não eliminatórias)

As Propostas deverão conter, ainda, as seguintes informações detalhadas:

- a. Histórico da experiência da equipe chave da Gestora em Fundos de Investimento (FIP ou FMIEE), indicando operações de compra e venda de empresas, negociação, valor agregado nas empresas e resultado das operações;
- b. Descrição da qualificação da equipe, incluindo currículos e pelo menos duas referências pessoais dos componentes da equipe envolvida;
- c. Descrição detalhada de alocação do tempo de cada membro da equipe da Gestora, atribuições e atividades que serão exercidas;



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



- d. Tese de Investimento, contendo setor alvo e região de atuação (quando for o caso), número de empresas a serem investidas e estratégia de saída;
- e. Tamanho projetado para o FUNDO;
- f. Proposta de percentual da Taxa de Performance e distribuição entre cada um dos membros de sua equipe;
- g. Proposta de percentual da Taxa de Administração, tendo por base o Capital Comprometido nos quatro primeiros anos e o capital investido nas empresas, subtraindo as baixas contábeis e os desinvestimentos realizados nos anos subsequentes;
- h. Orçamento: enviar, como anexo da Proposta, uma planilha feita em Microsoft Excel detalhando o custo da Gestora para fazer frente às suas atividades, bem como as despesas do FUNDO (encargos);
- i. É desejável que a Gestora apresente na proposta a captação junto a outros potenciais investidores, detalhando seus perfis e o estágio das captações;
- j. Funcionamento das instâncias decisórias do FUNDO: Assembleia Geral de Quotistas e Comitês de Investimento (mencionando, quando for o caso, outras instâncias ou ações que traduzam a estrutura de governança do FUNDO);
- k. Descrição dos processos, ferramentas ou sistemas que serão utilizados na gestão do FUNDO;
- l. Descrição das principais características presentes nos relatórios de investimento, acompanhamento e desinvestimento. É desejável que o modelo de cada um desses documentos seja enviado como anexo da Proposta;
- m. Indicação de empresas e/ou projetos que estão em fase de prospecção e poderão ser alvo de investimento futuro por parte do FUNDO contendo: atividade, diferencial competitivo, inovação, relacionamento com a Gestora e saídas prováveis.

4.3. Critérios Classificatórios

4.3.1. Na segunda fase de seleção serão submetidas à avaliação da Banca de Avaliação, composta por profissionais indicados pela FINEP, todas as propostas não eliminadas na primeira fase.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



4.3.2. A divulgação da data e hora da apresentação da proposta pelos candidatos à Banca de Avaliação será realizada, por via eletrônica, para o endereço eletrônico informado pelo candidato.

4.3.3. É exclusivo do candidato o ônus de manter atualizado os seus dados de contato informado em sua Proposta, para todos os fins e efeitos.

4.3.4. A apresentação da proposta à Banca de Avaliação deverá ser elaborada em formato PPT ou PDF, com até 15 (quinze) slides, devendo ser encaminhada ao endereço eletrônico inovarsemente@finep.gov.br, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data da apresentação da Proposta, conforme Cronograma descrito no item 6 deste Anexo.

4.3.5. O não comparecimento do candidato na data, hora e local designados, divulgados nos termos deste Edital, será considerada como desistência de sua participação neste processo de seleção.

4.3.6. A análise das propostas pela Banca de Avaliação se dará com a observância dos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTAS	PESOS
Estrutura, tempo de dedicação e alinhamento da equipe da Gestora com as metas e prazos do FUNDO proposto.	1 a 5	2
Capacitação e experiência, em estruturação de operações, da Gestora e da equipe alocada para o FUNDO e seu histórico de trabalho em conjunto (ver item 4.2.a).	1 a 5	2
Modelo de governança da Gestora: qualidade e consistência do processo, ferramentas e sistemas de investimentos, monitoramento e desinvestimentos que serão utilizados na gestão do FUNDO.	1 a 5	1,5
Consistência e detalhamento dos Relatórios de Investimento, Acompanhamento e Desinvestimento apresentados.	1 a 5	1
Estratégia de formação de portfólio: apresentação da carteira de projetos ou empresas em prospecção para potenciais investimentos.	1 a 5	1
Participação da Gestora como quotista: será avaliada em valores absolutos, aplicando-se o percentual	1 a 5	1



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



proposto pelas Gestoras de participação como cotista sobre o tamanho projetado para o FUNDO.		
<p>Remuneração da Gestora: compreenderá a Taxa de Administração e a Taxa de Performance. A nota final neste critério será definida de acordo com os seguintes pesos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Administração: 85% do valor da nota - Custo de Oportunidade: 10% do valor da nota - Taxa de Performance: 5% do valor da nota 	1 a 5	1

4.3.7. Os critérios classificatórios acima definidos serão pontuados com notas de 1 a 5, sendo 5 a maior pontuação atribuída quando o critério for julgado plenamente atendido. Após apuração das notas atribuídas a cada um dos critérios, para fins de classificação final e seleção da melhor proposta, será computado o somatório das notas atribuídas.

4.4. Procedimentos gerais do processo de seleção

Em relação aos procedimentos que serão adotados no certame proposto, destacam-se:

- a. As dúvidas prévias ao envio da Proposta devem ser enviadas eletronicamente através da caixa postal inovarsemente@finep.gov.br. Todos os questionamentos e esclarecimentos serão divulgados, através da Internet no endereço www.finep.gov.br/innovar, sem a identificação do demandante;
- b. Em caso de empate entre duas ou mais **PROPOSTAS** no processo de seleção, o critério “Remuneração da Gestora” será utilizado para o desempate;
- c. Antes da contratação do FUNDO e sua respectiva Gestora, a **PROPONENTE** vencedora do processo de seleção passará por uma fase de análise gerencial e jurídica, de modo a verificar, dentre outros aspectos, a exequibilidade da proposta apresentada, cabendo ao vencedor o ônus de comprová-la;
- d. Adicionalmente, durante a fase de análise gerencial e jurídica, a Banca de Avaliação deverá solicitar documentos exigidos pela legislação e suas normas internas para a contratação da Gestora e administrador, bem como quaisquer outros que julgar indispensáveis a esta análise;



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



- e. Caso sejam constatadas na análise gerencial e jurídica modificações relevantes em relação à proposta apresentada pelo vencedor no certame, como por exemplo, alteração de equipe-chave e mudança da estratégia de investimento, bem como distribuição inadequada da remuneração da equipe do FUNDO, a proposta vencedora poderá ser desclassificada;
- f. Os percentuais da Taxa de Administração, Custo de Oportunidade e Taxa de Performance apresentados pelo vencedor do certame serão objetos de verificação durante a fase de análise gerencial e jurídica e poderão ser revistos, caso os valores apresentados não estejam alinhados com as características do Fundo e com os padrões de mercado;
- g. Serão divulgados os três primeiros classificados no certame por meio de correio eletrônico. Em caso de desclassificação na análise gerencial e jurídica do primeiro classificado, o segundo e o terceiro poderão ser convocados num prazo máximo de 18 (dezoito) meses a contar da divulgação do resultado;
- h. Em qualquer momento antes da assinatura do Boletim de Subscrição, poderá a Finep cancelar o processo de seleção e não celebrar a contratação.

5. ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser encaminhadas em versão impressa e eletrônica.

Versão Eletrônica

- Email: inovarsemente@finep.gov.br
- Proposta e Modelos (item 4.2.i) no formato DOC, DOCX ou PDF respeitado o limite de 6 (seis) megabytes por arquivo.
- Orçamento (item 4.2.h) no formato Excel 97-2003 ou posterior.
- Data limite do envio: até às 13 horas do dia 16 de agosto de 2013.

Versão Impressa

- Proposta, Modelos e Orçamento deverão ser enviados aos cuidados da Secretária do Departamento de Investimentos em Fundos - Área de Investimentos da FINEP, situada na Praia do Flamengo 200 – 8º andar – Flamengo, Rio de Janeiro / RJ – CEP: 22210-065.
- Data limite da postagem: até o dia 16 de agosto de 2013.

O recebimento da versão eletrônica não substitui a entrega da versão impressa dentro do prazo estabelecido.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



6. CRONOGRAMA

Abaixo segue o calendário das atividades no âmbito do presente Edital:

ATIVIDADE	DATA
Período de perguntas e respostas pelo site	09 de agosto de 2013
Prazo para recebimento das propostas física e eletrônica	Até às 13h do dia 16 de agosto de 2013
Divulgação do resultado da fase eliminatória	21 de agosto de 2013
Prazo limite para recebimento dos recursos quanto à fase eliminatória	28 de agosto de 2013
Divulgação do resultado final da fase eliminatória para os que apresentaram recurso	03 de setembro de 2013
Apresentação das Propostas à Banca de Avaliação	09 de setembro de 2013
Divulgação dos três primeiros classificados	13 de setembro de 2013

Havendo necessidade, as datas acima poderão ser alteradas por decisão da Banca de Avaliação e as novas datas serão divulgadas no site www.finep.gov.br/inovar.

7. DEFINIÇÕES

Para os fins e efeitos deste Edital, as expressões a seguir terão os seguintes significados:

- a. **Empresa Inovadora:** empresa que introduza novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços – conforme conceito de inovação definido no inciso IV, do artigo 2º, da Lei Nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (“Lei de Inovação”);
- b. **Fundo de Investimento:** comunhão de recursos humanos e financeiros destinada a obter ganhos a partir do aporte de capital em companhias inovadoras com intenso potencial de crescimento;



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



ANEXO 6

CONCEITOS

Para fins desta Chamada Pública:

Contrapartida: Recursos financeiros e/ou não financeiros aportados ao projeto pelo conveniente e/ou executor, a serem aplicados para o desenvolvimento do projeto.

Contrapartida Financeira: aporte de recursos em conta bancária especificamente criada para esta finalidade, salvo quando aportada por integrante de conta única, e em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

Contrapartida Não Financeira: insumos, bens, recursos humanos, serviço ou locação de espaço físico, dentre outros, devendo ser apresentada memória de cálculo que permita mensurar economicamente o valor a ser aportado.

Empresa: Organização econômica, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, devidamente registrada na Junta Comercial.

Empresa brasileira: Empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha a sede de sua administração no país.

Inovação: Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços (Lei de Inovação – Lei 10.973/2004).

Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica – ICT: Instituição Pública ou privada sem fins lucrativos que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

Parque Tecnológico – PqT: Complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica, planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida em centros de P&D. Trata-se de um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade, do aumento da capacitação empresarial, fundamentado na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma região.

Plano de Negócios: instrumento que define o planejamento da estratégia de uma organização, visando a identificar seu potencial de exploração comercial, econômica e empresarial, abordando os aspectos financeiro, organizacional, gerencial, comercial, jurídico e de propriedade intelectual.

Recursos Financeiros: Recursos em espécie, depositados na conta bancária específica do convênio, destinados exclusivamente ao desenvolvimento do projeto.



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



Recursos Não-Financeiros: Recursos humanos (horas de trabalho), insumos necessários ao desenvolvimento de protótipos, horas de máquinas, material de consumo, hospedagem e transporte dos envolvidos no projeto.

Valor Total do Projeto: Valor solicitado ao FNDCT (despesas de custeio e despesas de capital) + contrapartida(s) + valor do aporte de recursos financeiros da(s) instituição(ões) interveniente(s) cofinanciadora(s).



Ministério da
Ciência e Tecnologia



Resultado Final – Avaliação de Mérito

Chamada Pública MCTI / FINEP / Ação Transversal – Inova Empresa – PNI/Parques Tecnológicos 02/2013

Propostas recomendadas na Avaliação de Mérito dentro do limite orçamentário da Chamada*

As propostas recomendadas estão aptas à etapa de análise técnica e jurídica. Destaca-se que houve incremento de R\$ 20.000.000,00 aos R\$ 90.000.000,00 originalmente disponibilizados na Chamada.

Linha A – Parques em Operação

Ref.	Proponente	Estado	Valor Recomendado
1140/13	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS COPPETEC	RJ	11.440.131,91
1135/13	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	RS	11.022.403,97
1125/13	ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	11.485.512,47
1131/13	NÚCLEO DE GESTÃO DO PORTO DIGITAL	PE	11.927.198,80
1130/13	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	SC	10.303.469,86
1122/13	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	RS	9.858.122,17
1123/13	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	MG	7.889.445,34
Total			73.926.284,52



**Ministério da
Ciência e Tecnologia**



Linha B – Parques em Implantação

Ref.	Proponente	Estado	Valor Recomendado
1184/13	FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA	PB	4.133.571,20
1205/13	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF	4.795.000,00
1174/13	SERGIPE PARQUE TECNOLÓGICO	SE	3.343.600,00
1175/13	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	PE	3.800.805,00
1187/13	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA	GO	4.999.825,00
1160/13	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP	SP	4.301.944,97
1194/13	FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE	RS	3.532.560,04
1153/13	FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO (UFJF)	MG	4.257.593,01
1182/13	INCUBADORA TECNOLÓGICA DE MARINGÁ	PR	2.908.816,26
Total			36.073.715,48

***Nota:** Os valores recomendados poderão sofrer alterações durante da análise técnica e jurídica.